

FERRO CENSURA BELICISMO DO GOVERNO



É altamente censurável por ser irresponsável a actuação do primeiro-ministro na actual crise do Iraque. Ao arrastar o País para a desordem mundial, Durão Barroso deitou para o lixo, de uma só vez, o consenso nacional sobre política externa, desconsiderou outros aliados, contribuiu para estilhaçar a unidade europeia e, afastando-se grosseiramente das normas do direito internacional, pôs em causa as próprias Nações Unidas. O Partido Socialista considera o envolvimento forçado de Portugal nesta guerra ilegítima o mais grave acto deste Governo. Apesar da moção de censura apresentada pelo PS ter sido rejeitada pela direita, a verdade é que a esmagadora maioria dos portugueses recusa ser cúmplice desta política belicista. Podem ontem ter ganho na Assembleia da República, mas já há muito que perderam o País.

► Páginas 4 a 6

PRESIDENTE VETA PELA SEGUNDA VEZ RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

► Página 7

ELEIÇÕES FEDERATIVAS

PARABÉNS AOS VENCEDORES E HONRA AOS VENCIDOS

► Página 3

ENTREVISTA A JOSÉ VERA JARDIM

GUERRA NÃO PODE CALAR DISCUSSÃO POLÍTICA

O PS vai prosseguir o combate político na arena parlamentar e continuar a censurar o Governo por ter colocado o País do lado da ilegalidade internacional com o apoio cego que presta à administração Bush na crise do Iraque. A garantia foi dada, em entrevista ao "Acção Socialista", por José Vera Jardim, para quem a génese de uma nova ordem internacional começou da pior forma, com Portugal e o Mundo a serem empurrados para uma guerra declarada unilateralmente, mas que terá consequências desastrosas para todos.

► Páginas centrais



A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues, António Guterres e Mário Soares estiveram presentes, no passado sábado, em Lisboa, na manifestação contra a guerra do Iraque.

O Presidente da República vetou, pela segunda vez, a proposta de lei que cria o Rendimento Social de Inserção em substituição do Rendimento Mínimo Garantido.

Reuniu-se na passada terça-feira a Comissão Política, onde ficou decidido que o PS vai avançar com a limitação dos mandatos em cargos políticos executivos a nível nacional, regional e local.

A moção de censura apresentada pelo Partido Socialista contra o Governo por apoiar a intervenção no Iraque à margem das Nações Unidas, foi rejeitada quarta-feira pela maioria de direita.

Ferro Rodrigues participou em Bruxelas na cimeira do Partido Socialista Europeu.

Realizaram-se durante o fim-de-semana as eleições para os presidentes das federações e delegados de norte a sul do País.

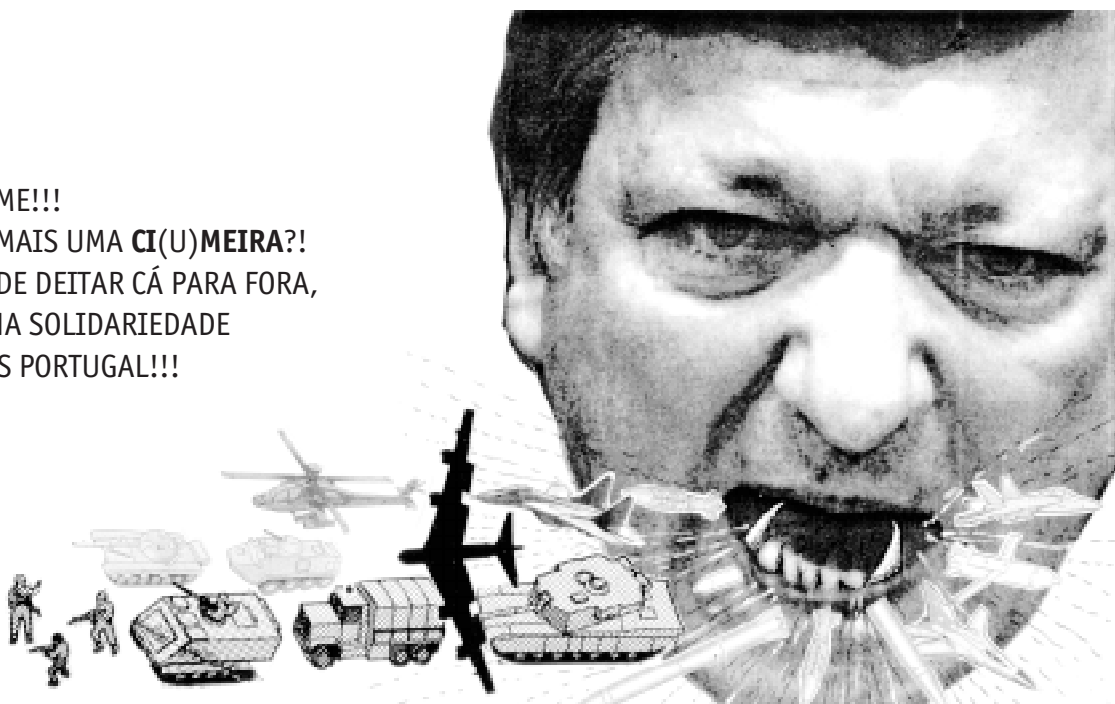
No âmbito das visitas regulares que efectua a todos os concelhos do distrito, o deputado socialista Capoulas Santos deslocou-se, no dia 24, a Viana do Alentejo, onde contactou com as estruturas concelhias e autarcas do PS, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Alcaçovas, o Centro de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

O VÓMITO DE BURROSO

ANTOONIO COLAÇO

– **GEORGE!!!** GEORGE!!! HELP ME!!!
 – OK, **ZÉ BURROSO!** QUIERES MAIS UMA **CI(U)MEIRA?!**
 – OH, SIM! **GEORGE,** PRECISO DE DEITAR CÂ PARA FORA,
 VULGO VOMITAR, TODA A MINHA SOLIDARIEDADE
 TRANSATLÂNTICA!!! GOD BLESS PORTUGAL!!!



EDITORIAL

VÁRIOS MOTIVOS PARA CENSURA FIRME

1. Ao fim de uma semana de hostilidades, acentuaram-se todas as razões para estar contra esta guerra: o sofrimento está à vista, cresce o caldo de cultura para a reacção anti-americana, designadamente no mundo muçulmano, tornam-se cada dia mais difíceis as condições de solução política e, mesmo do ponto de vista exclusivamente militar, as tropas anglo-americanas enfrentam dificuldades indesmentíveis. Simultaneamente, nenhum elemento de legitimação, por pequeno que fosse, foi encontrado: nem a adesão das minorias xiitas ou curdas, nem a descoberta de arsenais de armas de destruição maciça, nem a deserção da liderança iraquiana. Mas, no Parlamento, respondendo às moções de censura, o primeiro-ministro, Durão Barroso, não alterou uma vírgula à posição de total seguidismo e irresponsabilidade institucional. Nenhum distanciamento crítico, por milimétrico que fosse, ensaiou face à inaceitável aventura imperial da Administração Bush. Continuou entrincheirado numa lógica de subserviência, arrastando o País para as posições mais retrógradas em matéria de política externa e de defesa e em matéria de integração europeia. O Governo só merece a nossa condenação frontal. O Governo está no lado dos que promovem esta guerra, isto é, do lado da injustiça e da ilegalidade.

2. Entretanto, no plano interno, agrava-se a crise económica e social. Portugal está em recessão económica, com variações negativas no crescimento do Produto Interno por dois trimestres consecutivos. As importações sofreram forte quebra e as exportações abrandaram (dados de Dezembro). O investimento diminuiu. O número de desempregados inscritos nos centros de emprego não pára de aumentar: somam 412.000 pessoas, em Fevereiro. A taxa de inflação homóloga está nos 4,1 por cento sendo a terceira mais alta da União Europeia. Os salários da Função Pública ou foram congelados ou tiveram aumentos baixíssimos: basta comparar com o andamento da inflação para perceber que haverá uma forte quebra do poder de compra dos trabalhadores. Longe de combatê-la, a política do Governo agrava a crise económica e mostra insensibilidade social. Também, pois, no plano da política interna, o Governo merece condenação frontal.

3. A partir do próximo mês de Abril, o nosso jornal passará a sair quinzenalmente, sendo distribuído a todos os militantes do Partido Socialista. Será uma grande mudança. O jornal passará a constituir um recurso de informação, formação, expressão e debate de ideias, ao alcance e ao serviço de todos os membros e todas as estruturas do PS. Daremos brevemente conta das modificações que preparamos, para responder a este novo desafio. Mas convide, desde já, os leitores a fazerem-nos chegar os comentários e as sugestões que acharem oportunos, para nos ajudarem a levar a bom porto a nossa tarefa.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

No Parlamento, respondendo às moções de censura, o primeiro-ministro, Durão Barroso, não alterou uma vírgula à posição de total seguidismo e irresponsabilidade institucional. Nenhum distanciamento crítico, por milimétrico que fosse, ensaiou face à inaceitável aventura imperial da Administração Bush. Continuou entrincheirado numa lógica de subserviência, arrastando o País para as posições mais retrógradas em matéria de política externa e de defesa e em matéria de integração europeia.

ELEIÇÕES FEDERATIVAS

PARABÉNS AOS VENCEDORES E HONRA AOS VENCIDOS

Novos rostos, entre os quais o de uma mulher, Maria Amélia Antunes, vão protagonizar seis das 19 federações socialistas, continuando-se assim o caminho de renovação aberto no último Congresso Nacional do PS. Para que se complete o ciclo da reorganização interna do PS, apenas falta agora a realização dos congressos federativos e as eleições para as concelhias. Marcadas por um forte afluência às urnas, estas eleições demonstraram a grande vitalidade do partido e foram a prova de que o combate democrático é uma regra de ouro para os socialistas. Passado este acto eleitoral, o nosso adversário comum é a maioria de direita que nos governa, sendo agora necessário fazer convergir os contributos de todos para os próximos desafios: voltar a ganhar as autarquias e o País.

No conjunto das federações, verifica-se que após estas eleições seis novos rostos vão protagonizar no PS. Desde logo, no Algarve, seja qual for o eleito, dado que José Apolinário não se recandidatou ao lugar. Também em Aveiro o PS tem uma nova liderança, a de Alberto Souto Miranda (presidente da Câmara local), que saiu vitorioso da contenda a que se lhe opunha o deputado Afonso Candal. O anterior presidente desta federação, José Mota, presidente da Câmara de Espinho, também não se apresentou aos eleitores. Outra nova liderança é a de Vítor Baptista à frente dos

destinos da Federação de Coimbra, ao eleger 78 por cento dos delegados ao congresso, numa eleição em que defrontou a camarada Teresa Portugal. Francisco Assis, no Porto, Paulo Fonseca, em Santarém e Amélia Antunes, em Setúbal, correspondem também a novos protagonistas distritais. Numa das mais renhidas eleições, Francisco Assis, com 52 por cento dos votos expressos, venceu Narciso Miranda que liderava a distrital socialista do Porto há três mandatos. Com três candidaturas, Santarém era também

objecto de grande expectativa tendo acabado por ganhar com 55 por cento dos votos Paulo Fonseca, que tinha como opositores os camaradas Rui Barreiros (presidente da Câmara de Santarém) e José Brilhante. Mais a sul, no distrito de Setúbal, a presidente da Câmara do Montijo, Maria Amélia Antunes, ao vencer o recandidato Alberto Antunes tomase, neste momento, a única mulher a presidir a uma distrital socialista. No distrito de Beja a que corresponde a Federação do Baixo Alentejo, Luís Ameixa venceu por folgada margem o camarada António Camilo Coelho. Sem opositor, Joaquim Barreto sagrou-se líder incontestado de Braga ao obter 98 por cento dos votos. Mais problemática, quase tangencial foi a situação vivida em Bragança, com Mota Andrade a obter uma vitória sobre Aires Ferreira de apenas 50 votos, o que correspondeu 52 por cento do total dos votantes. A disputarem a Federação de Viseu, apresentaram-se José Junqueiro e Paulo Albarnaz. O ex-secretário de Estado e actual líder da distrital ganhou esta pugna eleitoral com 80 por cento. Com três candidaturas a disputarem a presidência da distrital algarvia, os militantes

da Federação de Faro vão voltar de novo às urnas no próximo sábado, 29 de Março, dado que nenhum dos candidatos logrou alcançar a maioria absoluta dos votos. Com Manuela Neto fora da corrida, a liderança da Federação de Faro trava-se agora entre Luís Carito que obteve 548 votos e Manuel de Freitas que chegou aos 601 sufrágios. Neste contexto, o comportamento dos apoiantes da candidata eliminada na primeira volta é determinante para a eleição do próximo líder algarvio do PS. A situação verificada no Algarve foi única, já que nas restantes federações o presidente foi encontrado logo na primeira volta. No resto do País não houve novidades. Sem adversários, Fernando Serrasqueiro, Henrique Troncho, José Augusto Carvalho, José Miguel Medeiros, Ceia da Silva (o mais antigo presidente das federações do PS), Rui Solheiro e Ascenso Simões foram reeleitos para o cargo que já vinham desempenhando em Castelo Branco, FRO, Guarda, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real, respectivamente. Na FAUL, o único candidato, Joaquim Raposo, ascendeu à liderança com de 92,3 por cento dos votos, substituindo na presidência a deputada Edite Estrela que não concorreu a novo mandato. Os congressos federativos terão lugar no fim-de-semana de 5 e 6 de Abril.

Moção de Censura

Os Deputados abaixo-assinados vêm apresentar nos termos do artigo 194º da Constituição e 236º e seguintes do Regimento da Assembleia da República Moção de Censura ao Governo, nos termos seguintes:

Considerando que:

1. Na gravíssima situação internacional que se vive, o Governo decidiu dar o seu apoio explícito ao desencadear de acções militares contra o Iraque, de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança.

2. Fê-lo de modo premeditado e com a consciência plena de que tais acções ocorrem à margem das Nações Unidas, interrompendo o trabalho das inspecções, bem como o recurso ao seu reforço.

3. O combate ao terrorismo e o desarmamento do Iraque são essenciais para a paz e segurança mundiais. O regime iraquiano é uma brutal ditadura, violando sistematicamente os direitos humanos e tendo, ao arrepio do direito internacional, cometido actos de agressão contra países vizinhos atentatórios da paz e segurança na região e recusado uma colaboração franca e leal com as Nações Unidas.

4. As acções de inspecção e diplomáticas que decorriam estavam longe de ter esgotado as possibilidades de um desarmamento pacífico, meio idóneo para a resolução do conflito, sendo certo que apenas se poderá recorrer ao uso da força, verificada a notória incapacidade desses meios.

5. Uma acção de força como esta é assim um erro e uma precipitação, que poderá ter consequências incalculáveis e sacrificar muitas vítimas inocentes.

6. O processo que conduziu a tal acção já teve e continuará a ter efeitos profundamente negativos para a construção europeia, ideia matriz da nossa política desde há décadas e valor constitucional da República, indo esta decisão contra o consenso europeu, tal como foi expresso no Conselho Europeu extraordinário de Bruxelas de 27 de Janeiro de 2003.

7. A posição assumida pelo Governo Português, de apoio explícito e activo a uma acção de força unilateral contra o Iraque, poderá também vir a ter consequências graves para Portugal e para os portugueses, bem como para a política externa do nosso País.

8. Com esta posição, Portugal fica ligado a acções ilegítimas que põem directa e frontalmente em causa a ordem internacional vigente e contrariam o sentimento generalizado da comunidade internacional, bem como o espírito de diálogo entre os povos e culturas e a nossa tradição universalista e humanista que constitui a base da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

9. O empenhamento nas boas relações entre Portugal e os EUA, bem como entre os EUA e a União Europeia, deve continuar a constituir uma prioridade da política externa portuguesa. Uma sã e equilibrada relação transatlântica é elemento essencial para a estabilidade e segurança internacionais.

10. As sucessivas acções e declarações do XV Governo Constitucional de apoio explícito ao desencadear duma acção ilegítima e ilegal, à margem do Conselho de Segurança - única instância com legitimidade para permitir o uso da força, excepto em situação de legítima defesa ou em casos de extrema urgência de ingerência humanitária eticamente justificados - constituem actos de extrema gravidade para Portugal, que quebram o consenso nacional de mais de duas décadas na política externa.

Assim, os deputados abaixo-assinados, nos termos do artº 194 da Constituição, apresentam a seguinte Moção:

A Assembleia da República delibera, nos termos da Constituição da República, censurar o XV Governo Constitucional.

Assembleia da República, 20 de Março de 2003

Os Deputados do PS



Partido
Socialista

GRUPO PARLAMENTAR

MOÇÃO DE CENSURA

FERRO APELA AO GOVERNO PARA VOLTAR AO CONSENSO NA POLÍTICA EXTERNA

“O Governo, na questão mais decisiva, a da guerra, avançou de forma pouco avisada e aventureira” e por isso terá uma “forte oposição nesta Assembleia, que será expressa através do voto”. Esta a posição assumida por Ferro Rodrigues, ontem, no Parlamento, na abertura do debate sobre as moções de censura à actuação do Executivo de Durão Barroso na crise do Iraque.

O secretário-geral do PS acusou o primeiro-ministro e a sua equipa de terem quebrado o consenso nacional em torno da política externa.

Trata-se de “uma ruptura provocada por um Governo que se afastou da defesa do direito internacional que sempre caracterizou o Estado português nas últimas três décadas” e dos nossos parceiros mais empenhados na construção europeia, demonstrando “total ausência de visão de longo prazo”.

Segundo Ferro, Portugal precisa de voltar ao consenso que sempre existiu pois dele beneficia. “Mas é o Governo que tem de voltar a ele, abandonando o caminho errado que tem seguido”, frisou.

Quanto aos argumentos apresentados pelo voluntarismo belicista da administração Bush e seus seguidores, o líder do PS lembrou que

a deposição do regime despótico de Saddam Hussein, que ocorrerá em breve, é “uma excelente notícia para todas as pessoas decentes em toda a parte do mundo e também no Iraque”, ressaltando, porém, que esta será “uma deposição manchada com vidas e destruição e ferida pelo desprezo pelas regras do direito e pelo aumento da instabilidade internacional que dela resultará”.

“Cada bomba que cai no Iraque não é apenas uma bomba contra o regime de Saddam Hussein [...], é uma bomba contra os valores e os princípios da democracia e do império da lei em que esta assenta [...], contra a Carta das Nações Unidas [...], contra o direito internacional [...], a construção e unidade europeias”, defendeu.

Para Ferro Rodrigues, torna-se por demais evidente que não ficou privada a impossibilidade de desarmar o regime de Saddam por via pacífica. E “o nosso país, num assomo de precipitação sôfrega, decidiu colocar-se na linha da frente do apoio a uma guerra ilegítima, precipitada e que não resulta de nenhuma ameaça iminente”.

Desmontando a demagógica tentativa de comparar a participação portuguesa na crise

do Báltico com a ofensiva militar no Golfo, o líder do PS recusou qualquer semelhança de fundo entre as duas acções.

Recordando que a missão no Kosovo “respondeu a uma urgência humanitária” e que uma não intervenção teria significado a continuação do massacre que se vivia no terreno, o secretário-geral socialista observou que, em território iraquiano não há nenhuma indicação de que estivesse em curso um genocídio.

Assim, disse, compreende-se que na acção militar sobre o Kosovo tivesse havido um “consenso entre todas as democracias do mundo ocidental”. Além do mais, na guerra dos Balcãs era também o interesse nacional que estava em causa, pois “o envolvimento do Estado português foi decisivo para, meses mais tarde, obter o envolvimento internacional para a resolução do drama de Timor-Leste – provavelmente o maior triunfo da diplomacia portuguesa de todo o período democrático”. Por último, sublinhou, “Portugal e os portugueses não ganham nada com esta guerra”, pois a nossa opção tem de ser a do aprofundamento da construção europeia.

“Uma sólida relação transatlântica deve ser um eixo estruturante da estabilidade e da

construção europeia” e da estratégia da política externa portuguesa, defendeu Ferro, ressaltando que esta posição não pode ser, como fez o Governo, a de colocar em causa as relações europeias para “embarcar numa promessa atlantista feita apressadamente para dar uma ilusão de diplomacia a uma cimeira de guerra”.

Depois de classificar a política de Durão Barroso como “irresponsável e profundamente censurável”, Ferro Rodrigues garantiu que, numa altura em que o esforço de reconstrução será imenso, os socialistas não deixarão de bater-se para que as Nações Unidas reassumam o papel que lhes é devido.

“Um papel de motor da reconstrução. Um papel na garantia de que as riquezas do Iraque pertencerão aos iraquianos”, declarou.

A concluir, Ferro acusou o Executivo de “num só acto” ter deitado para o caixote de lixo princípios políticos, direito internacional, sistema das Nações Unidas, consideração por outros aliados, concerto europeu, consenso nacional.

“Este é sem dúvida o mais grave dos procedimentos deste Governo. Este é sem dúvida o mais censurável dos seus actos” rematou.

COMISSÃO POLÍTICA

PS AVANÇA COM LIMITAÇÃO DE MANDATOS E VOTA A FAVOR DE MOÇÕES DE CENSURA

O PS vai avançar com a limitação de mandatos em cargos políticos executivos a nível nacional, regional e local e votar a favor das moções de censura ao Governo que as restantes forças políticas da oposição apresentaram no Parlamento, por causa da guerra no Iraque, deliberou a Comissão Política do partido.

Falando aos jornalistas após a reunião de terça-feira da Comissão Política com os presidentes das federações, da delegação socialista no PE e da direcção do Grupo Parlamentar, que terminou já de madrugada, Paulo Pedroso afirmou que para o PS “os limites têm de avançar”, mas no caso da proposta não passar, o partido tenciona incluir a limitação de mandatos na revisão do sistema eleitoral autárquico.

A decisão de avançar com a limitação de mandatos gerou um larguíssimo consenso, tendo sido aprovada com três votos contra e uma abstenção.

Para o PS, só devem ser possíveis três mandatos consecutivos a nível de legislatura, governo regional e cargos autárquicos executivos.

Segundo reafirmou Paulo Pedroso, esta é “uma



posição de princípio” para o PS, pelo que mesmo que não haja consenso no Parlamento para aceitar a proposta, os socialistas avançarão com a limitação de mandatos a nível local nos trabalhos de reforma do sistema eleitoral autárquico.

Na reunião que decorreu na sede nacional, a Comissão Política e o Grupo Parlamentar do PS decidiram também votar a favor das moções de censura ao governo que o PCP, Verdes e Bloco de Esquerda apresentaram no Parlamento. A votação decorreu numa reunião conjunta dos

deputados e dirigentes socialistas, que registou apenas três votos contra e dez abstenções.

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, salientou que “o que vai estar em discussão é uma censura ao Governo pelo modo como conduziu o País”. Mesmo com “matizes de crítica” diferentes de partido para partido, a oposição estará “convergente no sentido global”, por isso o PS tem “disponibilidade de princípio” para votar a favor das outras três moções.

“O primeiro-ministro arrastou o País para uma guerra contrária aos interesses nacionais”, afirmou Paulo Pedroso, recusando as acusações de “radicalismo” que o Governo fez ao PS por alinhar na apresentação de moções.

“Isso só mostra o isolamento do Governo nesta matéria”, argumentou o porta-voz socialista, acrescentando não ser possível ver radicalismo numa posição contra a guerra partilhada por muitas personalidades a nível mundial.

No início dos trabalhos, após Almeida Santos ter feito uma evocação sentida da figura humana e política de José Barros Moura, falecido na véspera, foi guardado um minuto de silêncio em memória do antigo deputado socialista.

SOCIALISTAS EM FORÇA NA "MANIF" CONTRA A GUERRA



Ferro, Soares e Guterres estiveram presentes, no sábado, em Lisboa, na manifestação contra a guerra no Iraque, que juntou cerca de 90 mil pessoas, entre as quais milhares de militantes do PS. No único discurso proferido em nome de todos, a pianista Maria João Pires acusou Durão Barroso de ser "indecorosamente subserviente perante a Administração Bush".

Entre o Marquês de Pombal e o Rossio, numa das maiores manifestações realizadas em Lisboa nos últimos anos, os socialistas marcaram uma forte presença, desde dirigentes nacionais, autarcas e deputados nacionais e europeus, até

ao militante anónimo.

Para além de Ferro Rodrigues, António Guterres, Mário Soares e Almeida Santos, destaque para a participação na manifestação dos deputados dirigentes nacionais Paulo Pedroso, Vieira da Silva, José Sócrates e Pedro Adão e Silva, e dos deputados António Costa, João Cravinho, Jamila Madeira, João Cravinho, Vera Jardim, Manuel Maria Carrilho, Miguel Coelho, Maria de Belém Roseira, Helena Roseta, Vicente Jorge Silva, Vítor Ramalho e Eduardo Cabrita.

Marcaram também presença a presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, o deputado europeu Sérgio Sousa Pinto, o ex-alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão, e ainda os militantes históricos Edmundo Pedro e Aquilino Ribeiro Machado.

Por entre slogans como "Durão, Bush e Blair - esta guerra ninguém quer", cartazes pouco



lisonjeiros para Durão Barroso e Bush, e canções, como "Give peace a chance", de John Lennon, ou "Vemos, ouvimos e lemos" de Francisco Fanhais, milhares de pessoas foram engrossando, pela Av. da Liberdade abaixo, a manifestação, que durou mais de duas horas até ao Rossio.

Durão Barroso - indecorosamente subserviente

Já no palco do Rossio, só uma personalidade discursou - a pianista Maria João Pires. "A justificação invocada do derrube do regime ditatorial e militarista de Saddam Hussein não tem qualquer base legal. Porque esta não é uma guerra dos iraquianos contra o seu ditador, mas uma guerra cinicamente feita em seu nome", declarou.

Referindo que "esta é uma guerra há muito anunciada e decidida em Washington", a

pianista sublinhou que "o mundo não é a nova fronteira da Administração americana nem elegeu Bush como seu imperador".

Sempre muito aplaudida, Maria João Pires reafirmou que "esta é uma guerra à margem e contra a Carta das Nações Unidas, uma guerra ilegítima e contra a ideia de um mundo regulado por normas de direito internacional por todos partilháveis" e acusou Bush, Tony Blair e José María Aznar de serem "moralmente responsáveis pela instabilidade e pela insegurança em que o mundo pode mergulhar na sequência desta guerra" ao "infringirem - com a cobertura de outros, incluindo, infelizmente, o Governo de Portugal - a responsabilidade moral mais básica de um governante, que é a de encarar a guerra apenas e sempre como o último dos recursos". E acusou, em particular, Durão Barroso de ter sido "indecorosamente subserviente perante a Administração Bush".

J.C. CASTELO BRANCO

PS REAFIRMA OPOSIÇÃO A UMA GUERRA SEM O AVAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Milhares de socialistas responderam sim ao apelo feito pela direcção do partido para participarem na manifestação promovida pelo Fórum Social Europeu, "em defesa do direito internacional" e desfilaram na Av. da Liberdade junto com o seu secretário-geral contra uma guerra que "não é a solução".

Num comunicado emitido na véspera da "manif", o PS reafirmou a sua oposição a uma "guerra que não é legítima, que não resultou de uma ameaça iminente e que implicou um uso da força desnecessário, quando ainda não estavam esgotados todos os mecanismos ao dispor das Nações Unidas".

No documento, o PS procurou demarcar-se da restante oposição de esquerda no que respeita à sua posição face à actual crise iraquiana. "O PS defende - e sempre defendeu - o desarmamento do Iraque, que deveria ocorrer, até ao limite, pelas vias pacíficas e sempre sob a égide das Nações Unidas", refere o comunicado.

"Infelizmente, o mundo foi arrastado para uma guerra por força de uma gestão política desastrosa por parte da actual administração dos Estados Unidos. Uma gestão para a qual arrastou alguns dos seus parceiros", lembra o comunicado numa alusão clara ao seguidismo do Governo de Lisboa.



RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

VETO POLÍTICO É CENSURA AO GOVERNO

Jorge Sampaio vetou, pela segunda vez, a proposta de lei que cria o Rendimento Social de Inserção (RSI) em substituição do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), por considerar que as alterações introduzidas após o primeiro veto não sanaram as injustiças nem as inconstitucionalidades. O diploma volta assim para o Parlamento, com mais uma solicitação do Presidente da República no sentido de fazer-se nova apreciação desta lei que, no seu entender, "não salvaguarda as preocupações de natureza social e de respeito pela dignidade da pessoa humana" patentes na Constituição portuguesa.

Para Sampaio, a actual formulação do RSI discrimina de forma negativa os jovens no acesso a esta medida social e as alterações introduzidas após o chumbo de Dezembro de 2002 não satisfazem o Tribunal Constitucional nem o chefe de Estado, que as critica no texto em que explica as razões do seu veto.

O Presidente discordou da norma que limita o acesso à prestação aos jovens entre os 18 e os 30 anos, que devem estar inscritos pelo menos há seis meses num centro de emprego, e enviou à Assembleia sugestões alternativas, questionando a necessidade de manter os jovens "numa situação de penúria", sobretudo naquela faixa etária.

Não tendo sido avançadas no debate quaisquer justificações para esta alteração de limite de idade, não se percebe que motivos podem ter estado na origem da nova opção do legislador", escreve Sampaio na carta em que reenvia o diploma para o Parlamento.

O chefe de Estado considera mesmo que "na prática, os jovens entre os 18 e os 30 anos podem ver-se em situação de extrema penúria durante largos meses sem qualquer apoio material, mesmo que a sua situação de carência seja de maior gravidade que a daqueles que, por terem mais de 30 anos, têm imediato acesso ao rendimento social de inserção".

Assim, "mesmo quando o jovem afectado se encontra no limiar da sobrevivência, o Estado obriga-o a esperar penosamente pelo decurso do tempo (no mínimo seis meses) até que possa receber alguma da ajuda que, diferentemente, é desde logo concedida a outros concidadãos pela única razão de terem mais de 30 anos", explica.

Para o Presidente, a alteração aprovada acabou por contrariar os objectivos a que se propunha: "Como se percebe do debate realizado na Assembleia da República, a razão invocada para esta discriminação negativa é a de uma maior preocupação, relativamente aos mais jovens,



com a sua inserção no mercado de trabalho, na formação profissional e na disponibilidade para o trabalho. Ou seja, tratar-se-ia não de uma penalização, mas, no fundo, de uma verdadeira ajuda aos jovens."

Se assim é, pergunta Sampaio, "por que não atribuir, então, em condições de igualdade, o direito ao acesso de todos ao rendimento social de inserção, ainda que os mais jovens só pudessem manter a ajuda correspondente desde que se inscrevessem nos Centros de Emprego e demonstrassem disponibilidade activa como candidatos a emprego?"

E Jorge Sampaio deixa um recado no final: "A sensibilidade para com as questões sociais e para com a exclusão social deve ser uma preocupação transversal a toda a sociedade e a todos os decisores e agentes políticos", porque, "o País não perceberia que, quando se pedem sacrifícios a todos para recuperarmos da situação em que nos encontramos, se esqueça a solidariedade para com os mais débeis ou os mais desprotegidos, sobretudo quando, como assinala o Tribunal Constitucional, está em causa a dignidade da pessoa humana."

PS disposto a requerer fiscalização sucessiva

O segundo veto presidencial ao RSI foi uma decisão que os socialistas consideraram "muito

bem fundamentada", avisando a maioria parlamentar de direita de que se insistir no diploma, será o PS a pedir a sua fiscalização sucessiva.

Tal medida pode ser solicitada ao TC por um terço dos deputados, mas o texto continuaria em vigor até ser apreciado.

O deputado Vieira da Silva afirmou que veto político de Jorge Sampaio ao Rendimento Social de Inserção "foi compreensível e plenamente justificado".

"Depois de ter havido um acórdão do Tribunal Constitucional que considerou contrária à Lei Fundamental a primeira versão da proposta de RSI, as posteriores modificações feitas pelo PSD e CDS-PP não corrigiram o problema, como alargaram uma prática discriminatória a um conjunto maior de cidadãos", sustentou. O dirigente do PS garantiu que a segunda versão do diploma "alargou à faixa etária dos 18 aos 30 anos as restrições ao acesso a um mínimo de dignidade", o que contrariou "frontalmente" o acórdão do TC.

"O PS espera que o Governo analise com serenidade os fundamentos políticos do veto do Presidente da República, porque a posição assumida pelo chefe de Estado está muito bem fundamentada", disse o Vieira da Silva, membro do Secretariado Nacional dos socialistas.

Segundo o ex-secretário de Estado da

Segurança Social, essa "atitude de abertura da maioria é fundamental, já que o problema arrasta-se há quase um ano".

"Se o Governo insistir numa solução contrária à Lei Fundamental, o PS irá solicitar ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva do diploma", assegurou o ex-secretário de Estado socialista.

Por agora, os dois partidos da maioria não revelam se aceitam ou não alterar o diploma, sendo certo que os votos de PSD e CDS juntos bastam para confirmar a lei, obrigando Sampaio a promulgá-la.

Por seu turno, Paulo Pedroso, porta-voz do PS, salienta que Jorge Sampaio "vem agora usar um instrumento que tem sido usado com muita parcimónia, para dar uma última oportunidade ao Governo de corrigir os graves defeitos em matéria de protecção social, que a sua proposta continua a conter".

Pedroso, que trabalhou no projecto do RMG, considerou ainda que "este veto poderia ter sido evitado se o Governo não tivesse sido obstinado em não aceitar os argumentos do TC".

O facto de o veto ser político permite também outras leituras: "É inequívoca a discordância do Presidente quanto a esta matéria social importante. Há aqui uma censura política ao Governo."

MORREU BARROS MOURA

UM PERCURSO DE CAUSAS E PRINCÍPIOS



A Esquerda está de luto. José Barros Moura, ex-deputado do PS, faleceu vítima de doença prolongada. Jurista eminente e grande parlamentar, com reconhecida capacidade de trabalho e inteligência brilhante, deixa como legado uma trajectória política marcada pela defesa intransigente de princípios e valores, no quadro de uma luta permanente por uma sociedade mais justa. Nunca transigiu com tacticismos, por isso ganhou admiração e respeito pelo seu exemplo de verticalidade.

José Barros Moura, que nasceu no Porto a 8 de Outubro de 1944, desde muito novo começou a sua actividade política, nas lutas académicas. Primeiro em 1962 e, depois de expulso da

Faculdade de Direito de Lisboa e de rumar a Coimbra, voltou a envolver-se, como dirigente associativo, na luta académica de 1969, onde ganha a alcunha de IBM (Inteligente Barros Moura), o que fala por si só do peso que tinha entre a massa estudantil.

A ousadia e coragem de enfrentar o regime fascista valem a Barros Moura, já então militante do PCP, a incorporação compulsiva nas fileiras do Exército português. É enviado para a Guiné, a pior frente de combate na Guerra Colonial

No PCP, força política onde militou durante 27 anos, Barros Moura, seduzido pela Perestroika, começa a romper com a linha oficial do partido. A gota de água surge aquando do apoio do Comité Central do partido da Soeiro Pereira Gomes ao golpe dos ortodoxos do Kremlin contra Gorbachev.

A ruptura é inevitável. Barros Moura abandona o PCP. Mais uma vez revela a sua integridade de carácter, ao renunciar ao Parlamento Europeu, mostrando mais uma vez que era a política que verdadeiramente o motivava. É uma bofetada de luva branca à direcção do PCP. Adere então à Plataforma de Esquerda, grupo

formado por ex-dissidentes do PCP, onde militam nomes como Pina Moura e José Magalhães, entre outros.

Anos mais tarde, depois de ter integrado as listas do PS como independente ao Parlamento Europeu, adere ao nosso partido em 1999, quando se candidata à Assembleia da República. Durante dois anos, distingue-se pela qualidade das suas intervenções na direcção da bancada socialista, como vice-presidente de Francisco Assis.

Político com um elevado sentido de ética, demite-se da presidência da Assembleia Municipal de Felgueiras, por discordar do estilo de gestão imprimido pela presidente do município, Fátima Felgueiras.

O PS, que pôs a meia haste a sua bandeira pelo falecimento deste seu prestigiado militante, fez-se representar no funeral de Barros Moura pelo seu presidente Almeida Santos, devido à indisponibilidade de Ferro Rodrigues, presente no debate da moção de censura ao Governo. O "Acção Socialista" associa-se às condolências e endereça à família os mais sentidos pésames.

J. C. CASTELO BRANCO

REACÇÕES

FERRO RODRIGUES

SECRETÁRIO-GERAL DO PS

"Fazia da luta por uma sociedade mais justa e solidária um modo de estar na vida. Sempre impressionaram em Barros Moura qualidades marcantes como a entrega permanente à causa pública e à democracia, durante toda a sua vida, em diversos contextos e momentos políticos. Foi sempre intransigente nas questões da sua ética e da sua integridade políticas".

JORGE SAMPAIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

"É uma figura que muito dignificou a vida portuguesa".

ANTÓNIO GUTERRES

PRESIDENTE DA INTERNACIONAL SOCIALISTA

"Constitui um admirável exemplo de coerência e de verticalidade, num mundo onde essas qualidades são infelizmente cada vez mais raras"

PINA MOURA

DEPUTADO

"Era um pessoa extremamente frontal, correcta e um homem de grandes convicções"

MANUEL ALEGRE

DEPUTADO

"Foi um dos grandes quadros da esquerda portuguesa e um homem de grande capacidade política e competência técnica. Era um excelente deputado do PS, que reflectia muito sobre os problemas da esquerda e tinha ainda muito para dar ao País"

FRANCISCO ASSIS

DEPUTADO

"Foi um grande homem e, também por isso, sofreu alguns dissabores, num país onde, por vezes, se aceita conviver com a pequenez. Foi um dos grandes paladinos da causa europeia"

JOSÉ MAGALHÃES

DEPUTADO

"Jurista eminente e grande parlamentar, era de uma lucidez e inteligência que lhe trouxeram por vezes uma grande amargura, que combateu até ao fim de cabeça levantada"

ANTÓNIO VITORINO

COMISSÁRIO EUROPEU

"Homem com convicções e militante da Europa"

CARLOS CÉSAR RECANDIDATA-SE

CONTINUAR A MUDAR OS AÇORES

Carlos César manifestou-se disponível para se recandidatar à liderança do PS/Açores e às eleições legislativas regionais, "para continuar a mudança que tão bons resultados tem dado na região".

"Não criei tabus, nem cenários apoteóticos, nem adiei, por causa do impacto das notícias da guerra, o que quero humildemente dizer: os socialistas podem contar comigo para continuar a presidir ao partido após o próximo Congresso, e os açorianos, se assim o entenderem por bem, podem, em 2004, dar-me a sua confiança para continuar a dirigir os destinos da nossa região por mais quatro anos", disse.

Numa declaração lida após uma reunião do Secretariado Regional do PS/Açores, Carlos César explicou que a decisão da sua candidatura assentou, "exclusivamente", na avaliação das suas capacidades para, usando da sua "experiência" e do seu "conhecimento" da região, "renovar o PS e continuar a inovar nos Açores".



O líder socialista açoriano sublinhou que "o PS tem vindo a governar bem a região, onde, ao contrário do Continente, tem vindo a aumentar o emprego e o investimento já garantido para os próximos dois anos", referindo que os Açores

são a região do País "onde mais se cresce e menos se fazem sentir os efeitos da crise e da recessão nacionais e internacionais". Efectivamente, "em seis anos e meio, os Açores, com a liderança do PS, mudaram muito

- e mudaram para melhor", disse, acrescentando: "Tenho também a certeza que conseguiremos prosseguir essa mudança nos próximos anos, completando o processo de reabilitação económica e social da nossa região e empenhando a ambição e generosidade de sempre no Governo dos Açores".

Referindo que "esse sentimento de mudança para melhor é largamente partilhado pela população açoriana", Carlos César disse que, "embora reconheça que o progresso e a completa cobertura das necessidades vai chegando mais cedo a umas ilhas do que a outras, em todos os lugares encara-se com confiança o percurso que estamos a fazer". O líder do PS/Açores referiu ainda que, "apesar dos erros e das omissões que todos os governos cometem", tem "orgulho na obra que fizemos e que estamos a fazer". Essa obra, adiantou, "não me é apenas imputável, mas é, igualmente, da responsabilidade de todos os meus colaboradores, e, sobretudo, dos açorianos".

"Os Açores reconhecem o trabalho que temos feito, mas quero que saibam que iremos fazer muito mais e melhor para continuarmos a mudar", frisou.

J. C. CASTELO BRANCO

Congressos Federativos

dia 6 FEDERAÇÃO DO ALGARVE
AUDITÓRIO MARIA CAMPINA -
CONSERVATÓRIO REGIONAL DO
ALGARVE
FARO

dia 5 FEDERAÇÃO DE CASTELO BRANCO
CENTRO CULTURAL RAIANO
IDANHA-A-NOVA

dia 5 FEDERAÇÃO DE LEIRIA
AUDITÓRIO DO INSTITUTO
PORTUGUÊS DA JUVENTUDE
LEIRIA

dia 5 FEDERAÇÃO DE SETUBAL
CASA DA CULTURA DOS
TRABALHADORES DA QUIMIGAL
BARREIRO

dia 6 FEDERAÇÃO DE AVEIRO
AUDITÓRIO DO CENTRO DE
CONGRESSOS
AVEIRO

dia 5 FEDERAÇÃO DE COIMBRA
AUDITÓRIO REITORIA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA

dia 5 FEDERAÇÃO DE LISBOA
CENTRO DE CONGRESSOS DE
LISBOA
LISBOA (ANTIGA FIL)

dia 5 FEDERAÇÃO DE VIANA DO CASTELO
CENTRO CULTURAL
PAREDES DE COURA

dia 6 FEDERAÇÃO DE BEJA
INSTITUTO POLITÉCNICO
BEJA

dia 5 FEDERAÇÃO DE EVORA
AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA
MONTEMOR-O-NOVO

dia 5 FEDERAÇÃO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE
TECNOLOGIA E GESTÃO
PORTALEGRE

dia 5 FEDERAÇÃO DE VILA REAL
COOPERATIVA DE OLIVICULTORES
VALPAÇOS

dia 5 FEDERAÇÃO DE BRAGA
PAVILHÃO MULTIUSOS
GUIMARÃES

dia 5 FRO
HOTEL GOLF MAR
VIMEIRO - MACEIRA

dia 5 FEDERAÇÃO DO PORTO
FÓRUM DA MAIA
MAIA

dia 6 FEDERAÇÃO DE VISEU
PAVILHÃO DOS CONGRESSOS
VISEU

dia 6 FEDERAÇÃO DE BRAGANÇA
CASA DA CULTURA DE
MOGADOURO
MOGADOURO

dia 5 FEDERAÇÃO DA GUARDA
HOTEL TURISMO
GUARDA

dia 5 FEDERAÇÃO DE SANTARÉM
TEATRO VIRGÍNIA
TORRES NOVAS

Partido Socialista

CRISE DO IRAQUE

GUERRA NÃO PODE CALAR DISCUSSÃO POLÍTICA

O PS vai prosseguir o combate político na arena parlamentar e continuar a censurar o Governo por ter colocado o País do lado da ilegalidade internacional com o apoio cego que presta à Administração Bush na crise do Iraque. A garantia foi dada, em entrevista ao "Acção Socialista", por José Vera Jardim, para quem a génese de uma nova ordem internacional começou da pior forma, com Portugal e o mundo a serem empurrados para uma guerra declarada unilateralmente, mas que terá consequências desastrosas para todos.

Na opinião do deputado socialista, a unidade Europeia, da NATO e da ONU foram postas em causa com este perigoso precedente. Os desafios do futuro, entre os quais se destaca a regulação da globalização, exigem uma lógica de equilíbrio, baseada na preservação de consensos que zelem por interesses universais e que não cedam à lei do mais forte.

Qual o sentido e a oportunidade da apresentação da moção de censura do PS ao Governo por causa da guerra do Iraque?

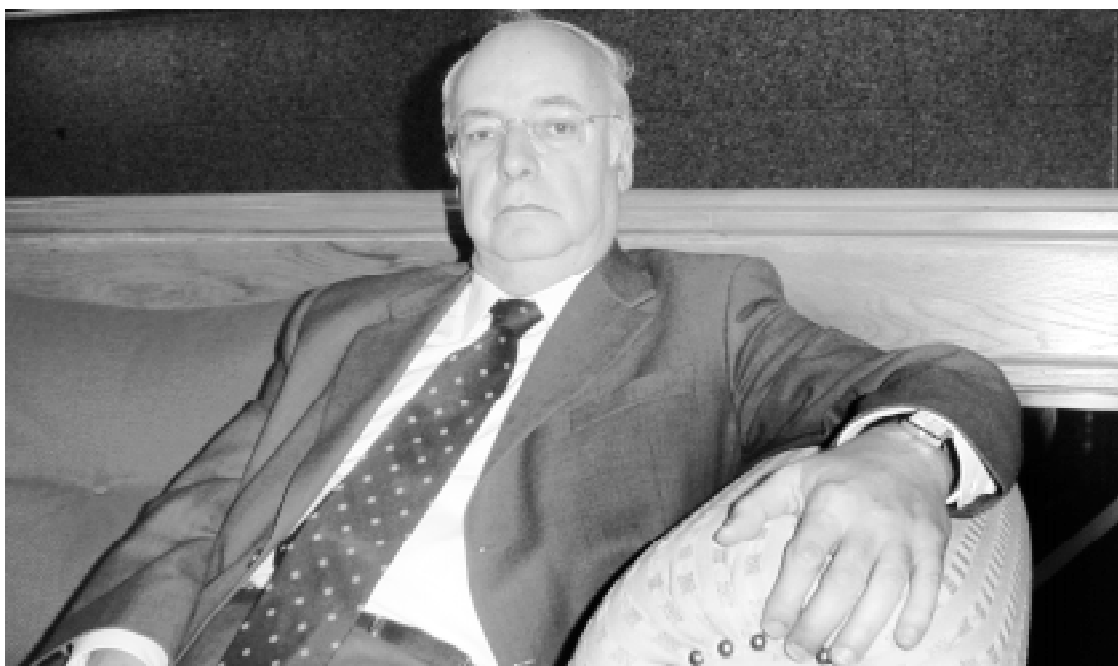
Temos afirmado desde há muito tempo que uma guerra unilateralmente conduzida sem o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas é ilegítima. Carece da legitimação do Direito Internacional.

De acordo com a Carta das Nações Unidas, um conflito armado só é legítimo em último recurso, com base nas resoluções do Conselho de Segurança ou noutras situações aí tipificadas como a legítima defesa e também em estado de necessidade de carácter humanitário.

Não estamos perante nenhum destes casos. Assim, o Grupo Parlamentar do PS e a direcção do partido entendem que este acto de apoio político à guerra que está a decorrer é grave porque coloca Portugal do lado da ilegalidade internacional e, portanto, merece da nossa parte censura forte, como tem merecido da maioria dos portugueses.

Ao levarmos à Assembleia da República uma moção de censura, estamos a fazer essa censura grave ao Governo, pois é o meio parlamentar que temos para exercê-la.

Esta moção, neste momento, põe em causa a



unidade nacional ou incorpora apenas entendimentos diferenciados do que devia ter sido a actuação do Executivo em matérias tão sensíveis como a guerra e a paz?

A maioria parlamentar de direita, logo a seguir à intervenção presidencial feita praticamente na noite da abertura das hostilidades, pegou no discurso do senhor Presidente da República descontextualizado-o as suas palavras para apelar à unidade nacional. Ora, o que Jorge Sampaio diz é que a unidade nacional é importante ao nível dos órgãos do Estado e do Governo, e que ele fez esse esforço de não criar mais problemas ao País derivados desta situação que vivemos, mas faz uma afirmação muito forte no sentido da necessidade do debate político.

A guerra não pode calar a discussão política. Ela, feita no seu lugar privilegiado, o Parlamento, deve ser aprofundada. O chefe de Estado falou do debate político como uma das características da República. Portanto, é evidente que a discussão em torno desta matéria deve continuar.

Cada partido deve assumir uma postura clara perante a crise. Nós fizemo-lo desde o início. Somos contra esta guerra. Acreditamos que a atitude do Governo, ao alinhar e dar o seu apoio explícito e continuado a este conflito armado, contra a legalidade internacional e pondo em causa a União Europeia, a NATO e a própria ONU, deve ser debatida na Assembleia da República, como o está a ser na sociedade portuguesa e nos órgãos de informação.

Não faria qualquer sentido que, perante a actual situação, o debate político não continuasse e

Cada partido deve assumir uma postura clara perante a crise. Nós fizemo-lo desde o início. Somos contra esta guerra.

não se aprofundasse e é precisamente esse o sentido da moção de censura do PS ao Governo: gerar o debate em sede própria à volta deste documento e de outros de igual natureza que venham a ser apresentados e fazer essa censura ao Governo.

Jorge Sampaio fez a síntese possível entre as suas convicções e o belicismo governamental ao afirmar que militares portugueses não participarão no teatro de guerra, dada a inexistência de um mandato da ONU. Esta posição representa, em seu entender, um verdadeiro "puxão de orelhas" ao Executivo ou um conflito institucional não assumido? É evidente que há conflito de opinião entre o Governo e o Presidente, e Jorge Sampaio não se furtou a ele. Nas suas várias intervenções, não só na mais recentes, tem acentuado a sua posição nesta matéria, que é totalmente coincidente com a do PS.

O que o chefe de Estado também diz é que fez um esforço, que considera caber dentro das suas funções e do seu magistério, para não abrir um conflito institucional. É que, uma coisa é haver

uma divergência entre instituições, que é bem marcada, e uma bem diferente é o esforço do senhor Presidente para não criar um verdadeiro conflito institucional entre ele e o Executivo. Entendemos que esta é uma posição perfeitamente aceitável por parte do Presidente da República, pois ele é também o garante do funcionamento das instituições democráticas e uma crise institucional com conflito aberto entre a presidência e o Governo, nas actuais circunstâncias, não seria o melhor para o País. Apesar de respeitarmos a posição do Presidente da República, chamamos a atenção para o facto da nossa ser diferente, no sentido de que estamos inseridos no meio do debate político interpartidário.

Mas é preciso que fique claro que Jorge Sampaio sempre teve uma opinião, sobre esta guerra, bem diferente da do Executivo, embora não tenha querido criar um conflito institucional.

Quais as consequências políticas, jurídicas e diplomáticas do facto de o Governo ter quebrado o consenso de mais de duas décadas de política externa portuguesa?

Estamos numa situação complexa, porque este conflito teve já um conjunto de consequências graves, a começar nas próprias Nações Unidas e no Conselho de Segurança.

A ONU, com todos os seus problemas e imperfeições, tem sido, nos últimos anos, o ponto de encontro da comunidade internacional, constituindo-se o reflexo das políticas dos países que nela estão representados.

Com esta situação de desrespeito do Conselho

de Segurança, as Nações Unidas atravessam uma grave crise para o globo, uma vez que ela é a instituição que mais se aproxima da ideia de um governo mundial.

É fundamental que haja a consensual necessidade de reformular e reformar da ONU, para que ela continue a cumprir o papel que tem vindo a desempenhar, designadamente ao nível da ajuda humanitária.

Por outro lado, a União Europeia está, ela também, numa crise muito grave. Numa altura em que se faz o seu processo de alargamento, que é complexo e extremamente importante, num momento em que a trabalha na construção de um quadro institucional para o futuro da união, numa conjuntura em que se discute o funcionamento de aspectos políticos importantíssimos da comunidade europeia ao nível da política externa e da segurança comum, a Europa está, evidentemente, dividida.

O Governo português contribuiu para essa divisão, tomando atitudes, como a assinatura da carta dos oito, que são de divisão, não de criação de condições de unidade.

Finalmente a NATO, que é um instrumento importantíssimo para a paz e a segurança na Europa, também aparece neste crise, ao contrário do que aconteceu anteriormente, completamente posta de lado por impossibilidade de funcionar, derivada da extrema divisão que existe no seu seio.

Portanto, será preciso todo um trabalho árduo e moroso, ao nível destas três organizações, para "coser" e reunir todos estes retalhos na manta cheia de buracos que é a conjuntura em que vivemos.

Naturalmente que temos de ser optimistas quanto à capacidade destas instituições retomarem o seu lugar e a sua unidade para fazerem face aos desafios que se perfilam no horizonte global. É preciso reganhar a confiança.

Resumindo, a crise internacional que vivemos é grave, não só pela guerra, mas também porque a generalidade das instituições que eram as garantias da paz e da segurança mundiais, da unidade entre a Europa e dos Estados Unidos, e da própria unidade europeia que é fundamental para Portugal, estão a ser postas em causa.

Quebrada a unidade da NATO, da UE e marginalizado o Conselho de Segurança da ONU, é verosímil pensar que assistimos à gestação de uma nova ordem internacional que começou da pior forma?

É mesmo caso para dizer que começou da pior forma. A nova ordem internacional deve responder aos desafios da globalização, do desequilíbrio de desenvolvimento entre a parte norte do globo e a parte sul, da crise que aqui e acolá vão aparecendo e, efectivamente, sem instituições fortes, de regulação e consenso, naturalmente que isso é muito preocupante. Os Estados Unidos têm adoptado, nos últimos tempos, um conjunto de posições que não correspondem, segundo pensamos, a uma ordem equilibrada e justa.

Esta não é uma posição isolada da administração Bush. Recorde-se que os EUA não assinaram o acordo de Quioto, retiraram-se de tratados de não agressão em matéria de mísseis, não rectificaram a instituição do Tribunal Penal Internacional. E agora, terminando com esta atitude manifestamente contra o Conselho de Segurança, estamos perante uma situação preocupante no que diz respeito a essa nova ordem internacional, em que todos os países devem estar empenhados, sobretudo para

alcançar um equilíbrio e criar condições de paz e segurança no mundo.

Não podemos ter uma superpotência que dita as suas leis. Devemos sim ter um equilibrado e são relacionamento entre as diferentes partes do globo para dar resolução aos mais diversos problemas internacionais.

A cimeira dos Açores, como disse Ferro Rodrigues, colocou Portugal na rota do



terrorismo internacional. Dado que em 2004 se disputará no nosso país o campeonato europeu de futebol, é de recear que a leviandade do primeiro-ministro nos coloque entre os países onde poderão fazer-se sentir actos terroristas?

O terrorismo internacional não escolhe lugares. Naturalmente que ele tem em vista criar o caos, atacando onde menos se espera, como aconteceu no coração da América, no Pentágono, nas Torres Gémeas. Mas também atacou na Indonésia, na África e em países europeus.

Portanto, o terrorismo é cego nas suas acções. Mas a generalidade do terrorismo que sofremos a nível internacional tem como objectivo os países e pessoas oriundas de países ocidentais, nomeadamente os Estados Unidos, ferindo com acções altamente condenáveis pessoas que são inocentes e nada têm a ver com as situações geopolíticas, económicas e sociais.

Bem, espero que Portugal não passe a figurar entre os alvos preferenciais do terrorismo internacional. Somos um país que não tem sido atingido por actos dessa natureza nos últimos quinze anos, mas já o fomos no passado e não podemos esquecer-lo.

Por isso, compreendo a chamada de atenção, uma vez que aparecendo como um dos apoiantes mais activos da cimeira dos Açores, onde o primeiro-ministro ledeou os representantes dos países que no Conselho de Segurança se posicionaram contra a legalidade internacional e tomaram um conjunto de iniciativas, haja uma chamada de atenção prejudicial para Portugal.

Embora faça votos e tenha esperança em que o nosso país será poupado a atentados terroristas, devemos admitir que a postura do Governo português foi algo inconsciente, nessa chamada de atenção para o nosso país como um dos factores desta guerra.

Tenho como bem provável que uma das trágicas consequências desta acção bélica será o animar de um conjunto de organizações terroristas a incentivarem acções de terror um pouco por todo

Portanto, estas marcas distintivas ficam salvaguardadas, mas a principal diferença é que no Kosovo, e não no Iraque, assistia-se a uma situação de carácter genocídico, com acções armadas contra pessoas, com a fuga de milhares de kosovares, exigindo, obviamente uma intervenção de carácter humanitário.

É evidente que foi necessário usar a força para travar a agressão que se estava a fazer contra populações indefesas, mas o caso desta segunda Guerra do Iraque é totalmente diferente.

É preciso relembrar que foi com base na posição muito clara que, na altura, o governo português tomou de apoio a essa acção que nos foi possível trazer à mesa das negociações e ao debate diplomático e político a questão de Timor.

Um dos nossos grandes argumentos baseou-se no facto de nós termos estado ao lado dos Estados Unidos e da NATO no problema do Kosovo, pelo que foi legítimo reclamar um tratamento idêntico da questão timorense. Isto foi decisivo para termos conseguido trazer a comunidade internacional, designadamente os Estados Unidos, a uma actuação no sentido de dar apoio à autodeterminação dos timorenses e ajuda humanitária.

Falar agora da intervenção do Kosovo e tentar igualá-la à actual crise, porque foi bélica e sem o aval da ONU, é desconhecer as condições em que essa acção de força se deu, mas também é ignorar que ela significou para Portugal o argumento fundamental para levar os Estados Unidos a actuar, rápida e imediatamente, junto das instâncias internacionais a favor da liberdade de Timor.

Tem, concerteza, acompanhado, como todos nós, a guerra através da Comunicação Social, e em particularmente da televisão. Qual a impressão com que tem ficado e o que é mais o chocou até hoje?

No início desta operação retive um aspecto que classificarei como positivo e que consiste no visível esforço que se tem feito no seio da coligação norte-americana, britânica e australiana, cujas tropas estão no terreno, no sentido de evitar os chamados danos colaterais da guerra.

É evidente que uma acção militar tem sempre efeitos negativos e causa danos por vezes incontroáveis. A guerra é em si mesma uma tragédia. Mas, houve um esforço para minorar esses danos.

Com a continuação do conflito armado e com a resistência que está a ser feita por muitas forças e até populações iraquianas ao avanço das tropas, tememos que esse esforço inicial de poupar vidas civis seja gorado e que nos momentos finais da guerra se venha a demonstrar que esta intervenção teve, na verdade, efeitos desastrosos, também nos danos colaterais.

Naturalmente que a minha esperança não morre. As manifestações que se fazem um pouco por todo o mundo seguramente não farão, em tão pouco tempo, parar a guerra no terreno, nisso sim sou pessimista, mas espero que tenham, ao menos, a capacidade de manter essa lógica de bom senso e equilíbrio, por forma a que os efeitos na população civil sejam o menos trágicos possível.

Faço votos para que as batalhas que se darão nos arredores da capital iraquiana, ou mesmo em Bagdad, não cause os danos catastróficos que receio, em populações inocentes, para já não falar dos imensos danos materiais.

MARY RODRIGUES

Não podemos ter uma superpotência que dita as suas leis.

o mundo, com alvos umas vezes escolhidos e outras vezes fortuitos.

Também nós corremos esse risco, mas esperemos que não suceda. Devemos apelar ao Executivo para que tome todas as medidas de prevenção relativas a acções deste tipo e pedir aos portugueses em geral para que mantenham a serenidade. Isto porque, apesar de tudo, não pensamos que Portugal corra perigos iminentes.

O respeito pelo direito internacional tem sido recorrentemente invocado para considerar ilegítima esta acção militar contra o Iraque, já que não tem a cobertura das Nações Unidas, tal como também não a teve a intervenção no Kosovo. O que há de tão diferente entre estas situações para que o PS tenha tido opções diferentes numa e noutra guerra?

São duas intervenções militares muito diferentes, dadas em condições totalmente diversas, que, aliás, justificam que no Kosovo tivesse havido uma completa concordância de pontos de vista na União Europeia e nos Estados Unidos. A própria NATO foi um instrumento nesta actuação.

CELESTE CORREIA DEFENDE

DIVERSIDADE DA IMIGRAÇÃO É VANTAGEM A APROVEITAR

A “ambição” de oferecer aos imigrantes que nos procuram direitos e deveres equiparados aos dos cidadãos nacionais deve constar numa política nacional de cooperação e integração, uma vez que “a diversidade, ontem vista como uma fraqueza, é hoje uma vantagem” que é preciso saber aproveitar. Esta a ideia central da intervenção que a deputada Celeste proferiu, no passado dia 20, na Assembleia da República, onde fez um balanço positivo da Presidência Aberta dedicada às questões da imigração, promovida por Jorge Sampaio.

Considerando que esta iniciativa “foi uma escolha feliz, dando grande visibilidade a uma questão bem complexa, tão complexa que nos provoca a cada um de nós perplexidades, dúvidas, hesitações”.

Depois de realçar que o impacto desta intervenção residir, não só às questões abordadas, “mas sobretudo à forma positiva como foi feita”, Celeste Correia destacou a alteração da composição da imigração em Portugal, frisando que esta “não resultou de uma opção nacional”.

Ela é produto, disse, “de factores externos cujo controle ultrapassa em parte a acção do estado português”.

E se, por um lado, “os imigrantes provindos da CPLP têm de requerer um visto consular, sendo que a sua entrada é controlada nos aeroportos”, pelo contrário, “dado estarmos num espaço sem fronteiras, a integração dos imigrantes de Leste na economia informal em Portugal é feita sem que as autoridades portuguesas tenham sequer a possibilidade de controlar a sua entrada”.

Questionando-se sobre as causas desta profunda alteração na nossa imigração tradicional, a deputada referiu a actividade das redes estruturadas de tráfico ilegal de pessoas que, segundo afirmou, “é facilitada pelo facto de alguns países da UE geograficamente próximos dos estados agora de origem de imigração concederem vistos de curta duração que rapidamente caducam, transformando os seus titulares em imigrantes ilegais”.

“Uma característica importante desta nova imigração tem a ver com a sua distribuição geográfica”, observou, assinalando de seguida que, “ao contrário do que era tradicional, não se concentra no litoral, mas espalha-se pelo interior e pelas regiões autónomas”.

Realçando as duas grandes linhas de preocupação de Jorge Sampaio, o controlo dos fluxos migratórios e a necessidade de uma cultura de integração, Celeste Correia chamou a atenção para o facto de um número cada vez maior de potenciais migrantes ter menos lugares para onde possam ir.

MARY RODRIGUES

GUARDA

GOVERNO IGNORA AUTARQUIA NO ANÚNCIO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL

O anúncio feito pelo ministro da Saúde sobre o local de construção do hospital da Guarda, durante uma actividade partidária, foi objecto de um requerimento entregue na Assembleia da República por Fernando Cabral e Pina Moura.

Para os deputados socialistas, é lamentável que “a Câmara Municipal da Guarda, entidade que se disponibilizou para oferecer o terreno e com quem o Ministério da Saúde foi mantendo contactos ao longo dos últimos meses, não tenha sido informada previamente da decisão”.

Fernando Cabral e Pina Moura recordam ainda as palavras da vereadora laranja Ana Manso, que na reunião do Executivo municipal referiu que “outros interesses, nomeadamente pessoais, estariam na preferência da presidente da autarquia por uma localização do hospital em terreno pertença do município”.

Os parlamentares socialistas pedem esclarecimentos ao primeiro-ministro e ao ministro da Saúde sobre se consideram “ética e politicamente correcto a divulgação da escolha do local do hospital da Guarda em actividade partidária e sem o conhecimento prévio da autarquia”.

Para os socialistas, é ainda importante que o ministro esclareça se a decisão tomada teve em conta outros interesses que não os de carácter técnico.

Hospital de Seia

Fernando Cabral e Pina Moura entregaram um outro requerimento a pedir esclarecimentos ao ministro da Saúde sobre a construção de um novo hospital em Seia.

Os deputados socialistas recordam que em Agosto de 2002 questionaram Luís Filipe Pereira sobre este assunto e que a resposta dada na altura foi que “não estava prevista a construção de um hospital para aquela cidade”.

No entanto, na visita efectuada a 15 de Março, este governante garantiu que “no espaço de seis meses a um ano terá de ser tomada uma decisão sobre o futuro do citado hospital”.

Neste contexto, os signatários questionam o Executivo sobre “se afinal, o novo hospital de Seia será ou não lançado durante a presente legislatura”.

VITIVINICULTURA

ASCENSO SIMÕES DENUNCIA CRISE INSTALADA NA REGIÃO DO DOURO

Ascenso Simões afirmou que se vive uma grave crise na vitivinicultura e na Região Demarcada do Douro, com o aumento de desemprego, baixa de salários e o aparecimento de “focos emergentes de xenofobia” contra trabalhadores do Leste europeu, tendo apelado ao Governo para que cumpra as suas promessas. Numa intervenção na Assembleia da República, o deputado socialista traçou um quadro negro da região, sustentando que o desemprego aumentou cerca de nove por cento “e as remunerações dos salários e das jornas caíram para valores de há quatro ou cinco anos”.

Para além disso, alertou, “as vagas de imigrantes do Leste europeu, que se dedicam aos trabalhos mais duros da lavoura duriense, vieram contribuir para a diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores rurais, criando, aqui e ali, focos emergentes de xenofobia”, alertou.

O deputado do PS referiu também que ao nível dos microprodutores, aqueles que têm menos de dez pipas de vinho, “se verifica um abandono das terras como há muito não se via e a um vender, ao desbarato, das propriedades”.

Segundo Ascenso Simões, neste momento, “mais de 30 mil pipas de mosto, das 135 mil autorizadas pelas entidades públicas, ainda não encontraram comprador”, o que representará prejuízos na ordem dos 30 milhões de euros (seis milhões de contos).

O deputado do PS referiu ainda que “à crise económica e social há a acrescentar uma crise institucional e de representação”, salientando que “o Governo, ao colocar em causa a Casa do Douro - não os seus dirigentes, mas a instituição -, está a pôr em perigo o sucesso do interprofissionalismo, a dar azo a que outros agentes passem a actuar com mais autoridade e mais peso e a fornecer sinais aos mercados de que o Vinho do Porto pode deixar de ser um produto credível e prestigiado”, disse.

Ascenso Simões criticou ainda o Governo, apelando para que “cumpra as suas promessas, algumas delas feitas pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, em relação à Região Demarcada do Douro” e avance “com propostas concretas que não sejam mais do que demagogia”.

EDUCAÇÃO

DEPUTADOS QUESTIONAM MINISTRO SOBRE ENSINO SUPERIOR EM TRÁS-OS-MONTES

Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira enviaram um requerimento ao ministro da Ciência e do Ensino Superior, Pedro Lynce, solicitando esclarecimentos sobre um conjunto de dúvidas sobre o futuro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e a construção do seu pólo em Chaves.

Os deputados socialistas eleitos pelo distrito de Vila Real solicitaram ao ministro estes esclarecimentos numa altura em que, segundo salientaram, “a UTAD e o ensino superior, no interior Norte de Portugal, apresentam sinais de preocupação e reivindicam medidas por parte do ministério”.

Os parlamentares do PS pedem que o ministro os esclareça quanto à construção do edifício definitivo da UTAD em Chaves, um instrumento que consideram “essencial para a manutenção do ensino superior universitário na capital do Alto Tâmega”, bem como sobre a autorização de novos cursos, já solicitados pela UTAD, “que permitam a criação desta universidade em Chaves com ganhos de qualidade e de frequência”.

Os deputados querem também explicações do ministro sobre a integração da Escola Superior de Enfermagem de Vila Real na UAD “como elemento essencial de um novo Departamento de Ciências da Saúde”, bem como sobre a criação da Universidade de Bragança e a sua “integração na rede de ensino superior em todo o Norte interior”.

No requerimento, Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira querem ainda saber se estão previstas “medidas de apoio à Escola Superior de Enfermagem de Chaves, instituição que nasceu da iniciativa relevante e importante da sociedade civil do Alto Tâmega”.

PS APRESENTA PROJECTO DE LEI PARA DEFENDER A MÚSICA PORTUGUESA

Augusto Santos Silva, Arons de Carvalho e Jamila Madeira apresentaram um projecto de lei para defender “a música portuguesa, valorizando o papel dos autores, compositores, intérpretes e editoras e todos os parceiros envolvidos no sector e dinamizando o mercado musical e artístico nacional”.

Os deputados socialistas apresentaram numa audição parlamentar o seu projecto de lei sobre a difusão da música portuguesa na rádio a entidades representativas dos diversos sectores que se têm manifestado publicamente a favor da adopção de medidas de protecção da música portuguesa na radiodifusão.

O diploma socialista propõe a definição de uma quota obrigatória para a difusão da música ligeira portuguesa, a definir e a respeitar pelas rádios, prevendo a aplicação de uma coíma, que em caso de incumprimento verificado e confirmado pelo Instituto de Comunicação Social se situaria entre os três mil e 50 mil euros.

PAULO VICENTE

UM AUTARCA COM OBRA

Paulo Vicente, presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, acusa o actual Governo - que considera "o mais retrógrado desde o 25 de Abril" - de estar "a dificultar a vida dos autarcas, retirando-lhes todos os meios". Militante nº 5581, inscrito no dia em que o PS fez dois anos, considera as Secções e Concelhias "muito importantes" na afirmação do partido junto das populações e elogia Ferro Rodrigues pela "sua percepção das questões sociais".

Membro das comissões políticas da Concelhia da Marinha Grande e da Federação de Leiria, Paulo Vicente é um autarca dedicado que nos últimos cinco anos tem centrado toda a sua acção política em prol do desenvolvimento da Freguesia de Vieira de Leiria.

"Ao fim de cinco anos à frente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria penso que o balanço, apesar dos constrangimentos financeiros, é francamente positivo", afirma.

"Numa freguesia meio rural, meio urbana, temos tido como prioridade o alargamento da zona industrial com pequenas unidades industriais diversificadas, desde os moldes aos plásticos, passando pelo imobiliário", afirma. O objectivo, adianta, "é evitar que a região não esteja dependente de uma só indústria, como acontece noutros locais".

Paulo Vicente refere ainda a aposta no desenvolvimento turístico, apontando os arranjos paisagísticos realizados na praia de Vieira, o apoio à pesca artesanal, arte-xavega, que considera "potenciadores de atracção turística".

O autarca socialista fala ainda com evidente satisfação e orgulho das realizações nas áreas do desporto e da educação. "Melhorámos o parque escolar, fornecemos refeições gratuitas a todas as crianças do pré-escolar e 1º ciclo, e temos uma piscina municipal onde há aulas de natação gratuitas para todas as crianças", afirma.

Face ao actual momento, marcado por uma "ofensiva do Governo contra o poder local", o militante desta semana do "Acção Socialista" afirma-se "céptico" quanto ao futuro, uma vez que o Executivo de Durão Barroso com a sua política de "contenção orçamental cega" está a "asfixiar o poder local, retirando todos os meios aos autarcas".



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares
Político estrangeiro
Olof Palme
Acontecimento nacional
25 de Abril e adesão de Portugal à CEE
Acontecimento internacional
Intervenção militar ilegítima dos EUA no Iraque à revelia das Nações Unidas
Livro
"Memorial do Convento"
Escritor
José Saramago
Filme
"Música no Coração"
Músico
Beethoven

Mas as suas críticas ao actual Governo, que considera "o mais retrógrado desde o 25 de Abril", estendem-se também a outras áreas. "As políticas económico-financeira e laboral têm sido particularmente lesivas dos estratos mais desfavorecidos", acusa.

Sobre a vida interna do partido, o camarada Paulo Vicente refere que o último Congresso foi "bastante positivo, porque projectou a imagem do secretário-geral, um político com uma grande percepção das questões sociais, que é fundamental para voltarmos a ganhar a confiança dos portugueses".

Militante desde 1995, este autarca socialista faz questão de destacar o papel fundamental das Secções e Concelhias, porque, explica, "é a partir da base que podemos ganhar o País, divulgando as nossas propostas e pondo à evidência os erros do Governo".

J. C. CASTELO BRANCO

ESTRATÉGIA DE LISBOA

SOCIALISTAS QUEREM MAIS INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

A necessidade de adopção de medidas para criar empregos no seguimento da “Estratégia de Lisboa” e o pós-guerra no Iraque, foram os dois principais temas da agenda dos líderes socialistas europeus, que na passada semana se reuniram em Bruxelas, com a presença do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues.

Para dar continuidade à “Estratégia de Lisboa”, os líderes socialistas defenderam um maior investimento na educação e na investigação, como forma de promover o crescimento na União Europeia e atingir o objectivo de a tornar a economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento. Neste sentido, apresentaram um conjunto de propostas para a criação de empregos na Europa, incitando o Conselho Europeu a adoptá-las.

Como referia esta semana num artigo de opinião Maria João Rodrigues, ex-ministra do Governo socialista e uma das principais arquitectas da “Estratégia de Lisboa”, a aposta central é a construção de novos factores competitivos baseados na inovação, no posicionamento nos mercados globais e em reformas económicas que permitam sustentar os padrões europeus de emprego, qualidade de vida e coesão social. Ao apresentar as conclusões do encontro dos líderes socialistas, em Bruxelas, o ex-primeiro-ministro Poul Rasmussen defendeu o reforço do investimento na investigação e na educação,



como forma de promover o crescimento económico na Europa. “A concretização destes objectivos exige uma maior coordenação das políticas económicas e a integração do Processo de Lisboa no Pacto de Estabilidade e Crescimento da União”, defendeu.

A “Estratégia de Lisboa” já teve progressos consideráveis em diversas áreas de actividade. Segundo Maria João Rodrigues, no entanto,

as medidas mais emblemáticas que agora devem ser adoptadas são um plano para a investigação e a inovação, um programa plurianual para as políticas de educação e formação, a actualização das linhas directrizes do emprego e a sua melhor articulação com as da política macroeconómica.

Para a ex-ministra, há ainda uma questão que se coloca em relação a Portugal: estará o nosso

país, que deu origem a directrizes tão importantes para a modernização e desenvolvimento da União Europeia, a aplicá-las na sua plenitude?

O pós-guerra no Iraque

Os líderes socialistas discutiram também, como estava previsto, um conjunto de desafios que lhes foram apresentados pelo primeiro-ministro grego, Costas Simitis, actual presidente do Conselho da União Europeia, sobre o pós-guerra no Iraque, designadamente em termos de ajuda humanitária e a nível da reconstrução do país, sob os auspícios das Nações Unidas.

A estabilidade da região, a integridade territorial do Iraque, o processo de paz no Médio Oriente e a criação de laços com as forças progressistas dos Estados Unidos, designadamente com o Partido Democrático, foram outras questões abordadas.

De uma maneira geral, os líderes socialistas defenderam uma Europa forte, com uma política externa e de segurança comum, que possa, entre outras coisas, servir de ponte com as forças progressistas norte-americanas.

Defenderam também o reforço das relações da União Europeia com o mundo muçulmano, de forma a estabelecer um verdadeiro diálogo de culturas.

EURODEPUTADOS PARTICIPAM NA PRIMAVERA DA EUROPA

Várias escolas de diversos pontos do país receberam de braços abertos a “Primavera da Europa”, uma iniciativa em que quatro eurodeputados do PS participaram com o objectivo de discutir questões relacionadas com o futuro da Europa.

Participaram na iniciativa o eurodeputado Carlos Lage, numa escola de Braga, António Campos, em Mangualde, Manuel dos Santos, no Porto e Luís Marinho, em Coimbra.

O objectivo desta iniciativa é promover encontros entre responsáveis europeus, professores e alunos para informar, aprender e recolher contributos sobre a Europa.

A iniciativa tem o apoio da Comissão Europeia através da rede dos ministérios da Educação de mais de vinte países europeus, ligados através da European Schoolnet, o que facilita o acesso a alguns materiais pedagógicos úteis para a sua realização.

Os serviços da Comissão apoiam também as regiões ou os países que pretendam desenvolver iniciativas mais amplas para lhes conferir uma dimensão regional ou nacional, por exemplo, através da organização de concursos.

Todas as informações encontram-se no sítio da internet <http://futurum.eun.org>



PRIMAVERA DA EUROPA

RELATÓRIO DE MÁRIO SOARES APROVADO

MACAU DEVE SER A PONTE ENTRE A EUROPA E A CHINA

“Macau reúne as condições ideais para desempenhar o papel de ponte entre a União Europeia e a República Popular da China”, considera o eurodeputado Mário Soares, no seu segundo relatório anual sobre a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

O relatório, que foi aprovado a semana passada e será discutido na sessão plenária do Parlamento Europeu em Maio, considera que existem alguns aspectos do relacionamento entre a União Europeia e a RAEM que poderão ser melhorados, designadamente através da designação de um responsável para a cooperação com Macau, o que demonstraria “o empenho continuado da União Europeia no sentido de consolidar as relações entre as duas partes”.

O eurodeputado considera que a União Europeia tem todas as condições para dar um contributo significativo para a salvaguarda do elevado grau de autonomia da RAEM e do seu carácter único, consubstanciado no princípio “um país, dois sistemas”. É por essa razão que considera que a União Europeia deve continuar a apoiar Macau a todos os níveis institucionais, atribuindo-lhe uma importância prioritária no contexto do diálogo UE/China.

Mário Soares sublinha que as relações entre Macau e a China continental continuam a ser excelentes e que “não existem problemas assinaláveis nem razões para crer que a situação possa mudar no futuro”. “Nos primeiros anos após a transferência de soberania, a situação da RAEM parece estar a evoluir de modo satisfatório”, afirma no relatório.

O ex-presidente tem também referido nas suas comunicações sobre Macau a importância que atribui à implementação da Declaração Conjunta sobre a Região, assinada pelos governos de Portugal e da China.

SÉRGIO SOUSA PINTO EM ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

UNIÃO DEVE ADOPTAR NA POLÍTICA EXTERNA DECISÕES POR MAIORIA QUALIFICADA

A crise provocada pela guerra no Iraque, conduzida pelos Estados Unidos, veio demonstrar a "irrelevância e subalternidade" da União Europeia, que deve agora neste âmbito repensar alguns aspectos da sua estrutura institucional, afirma o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto em entrevista ao "Acção Socialista". Para ultrapassar esta fragilidade agora a descoberto, defende que deveria ser adoptada a regra da maioria qualificada na Política Externa e de Segurança Comum, de forma a que a União possa ter uma voz sólida no mundo. O eurodeputado espera que esta guerra não signifique o início de uma época em que a ordem internacional está subordinada, não ao direito, mas à vontade e à força da hiper-potência americana.



Em que termos a União Europeia deve ser repensada para o futuro como consequência da divisão que provocou esta guerra contra o Iraque?

A crise internacional, que atingiu o seu ponto culminante no ataque americano ao Iraque, deixou bem patente a impotência política da Europa, no seu conjunto, no quadro da União, mas também a irrelevância político-diplomática dos Estados-membros na arena internacional. Os países grandes da União, potências médias na escala global, revelaram-se incapazes de

influir decisivamente nos acontecimentos. As posições assumidas pela França e pela Alemanha foram ostensivamente ignoradas, enquanto que a posição inglesa se diluiu na óbvia liderança unilateral dos Estados Unidos. Sem política externa e de segurança comum, o papel da Europa no mundo descreve-se em 2 palavras: irrelevância e subalternidade.

Que leitura faz da atitude dos Estados Unidos, que têm provocado divisões entre países e feito chantagem com os que se lhe opõem, aparentemente manifestando a maior

indiferença em relação ao destino da Europa?

A diplomacia americana fez o que tinha que fazer para reduzir o seu isolamento mundial, procurando mobilizar em seu favor o maior número de governos da Europa e do Mundo. Como é evidente, a união política da Europa não é um objectivo da política externa americana. Os europeus não podem imputar aos americanos a sua incapacidade de vencerem as lógicas nacionais e porem de pé uma política externa e de segurança credível e influente. Se a Europa dividida não pesa nos assuntos mundiais, a responsabilidade não é, seguramente, dos Estados Unidos.

Qual deve ser o papel da União Europeia no contexto da guerra?

A União, dividida como está, não se vê que possa desempenhar um qualquer papel no contexto da guerra. A sua voz deve fazer-se ouvir depois, na exigência de que a reconstrução do Iraque seja feita sob supervisão da ONU.

Como se deve posicionar a Convenção sobre o Futuro da Europa perante estes novos dados, sobretudo em matéria de política externa e de defesa?

A Europa precisa de adoptar a regra da maioria qualificada na Política Externa e de Segurança

Comum. Esta proposta pareceria inviável há um mês atrás. Acredito que os desenvolvimentos recentes da crise internacional mostram bem a sua necessidade. Em qualquer caso, o futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros da União (ou o que quer que seja que venha a chamarse) tem que presidir ao Conselho para as relações externas. Só por essa via haverá uma articulação eficiente Comissão-Conselho. Em matéria de defesa, há que dar passos significativos no quadro das cooperações reforçadas.

Como comenta esta frase do historiador alemão Ernst Nolte: "A guerra de Bush marca o início de uma nova época histórica que se definirá pela vontade dos Americanos de expandir no mundo a sua forma de civilização, seja qual for o preço a pagar".

Nolte é um dos mais interessantes e respeitados historiadores contemporâneos, mas a sua afirmação contém uma leitura simplista das motivações da política externa americana. Esta guerra não é um conflito de civilizações, nem o Iraque actual constituiu uma civilização alternativa. Espero que esta guerra não assinala o início de uma época em que a ordem internacional está subordinada, não ao direito, mas à vontade e à força da hiper-potência americana. P.P.

GUTERRES NA HUNGRIA PARA APOIAR CAMPANHA DO REFERENDO

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, estará em Budapeste nos próximos dias 4 e 5 para participar, ao lado dos socialistas, na campanha do referendo a favor da integração europeia.

Nas mesmas ocasiões, no dia 4, profere uma conferência intitulada "O contributo europeu para uma melhor governação global". A conferência decorrerá na Central European University e contará com a presença do Primeiro-Ministro húngaro e do ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como do financeiro George Soros.

Na semana seguinte, António Guterres recebe um doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Técnica de Bucareste, pelo seu contributo para a construção europeia.

De referir ainda que a Internacional Socialista emitiu esta semana um comunicado em que apela ao fim da repressão em Cuba e à libertação dos opositores ao regime.

Referendos no Leste

Os eslovenos deram um assentimento maciço à adesão do seu país à União Europeia. No referendo realizado este domingo, 89,1 por cento disseram "sim" à adesão.

Segundo os analistas, este resultado pode ser determinante para influenciar de forma positiva outros referendos que nos próximos meses se realizarão em diversos países candidatos da Europa Central e Oriental.

O próximo país a realizar o seu referendo é a Hungria, em 12 de Abril, seguindo-se a Lituânia, em 11 de Maio. Na Estónia, onde o cepticismo tem crescido, o referendo realiza-se em 11 de Setembro e na Letónia uma semana depois. No início de Fevereiro, Malta já disse "sim" à União Europeia.

FERRO E ZAPATERO EM MADRID COM GUERRA NA AGENDA

A guerra no Iraque é o principal tema de um encontro que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, tem com o seu homólogo do PSOE, José Luís Zapatero, em Madrid.

Ambos os partidos, em Portugal e em Espanha, têm assumido posições idênticas de rejeição de uma intervenção militar no Iraque sem o aval das Nações Unidas e do alinhamento incondicional dos respectivos governos ao lado dos Estados Unidos.

Participam ainda no encontro o líder parlamentar do PS, António Costa e o membro do Secretariado Nacional Pedro Adão e Silva. Pelo PSOE, estarão presentes o líder parlamentar e o actual responsável pelas relações internacionais, Manuel Marín, ex-comissário europeu.

Apesar da cimeira estar prevista há já algum tempo, o início da guerra acabou por apressar o encontro. A ordem de trabalhos inclui também as questões ambientais relacionadas com o naufrágio do *Prestige*, o desemprego e as relações bilaterais entre os dois países.

SOCIALISTAS EUROPEUS REÚNEM-SE EM ATENAS

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu reúne na próxima semana, de 1 a 3 de Abril, em Atenas, para preparar a próxima sessão plenária e ter encontros com membros do Governo, actualmente a presidir ao Conselho da União. Os deputados socialistas portugueses estarão presentes.

Para preparar a próxima sessão plenária de Estrasburgo, constituir-se-ão vários grupos de trabalho, os quais contarão com a presença de membros do Governo e de outros responsáveis políticos socialistas.

Os grupos de trabalho a constituir são, entre outros, "Política Externa", "Assuntos Constitucionais", "Liberdades Públicas", "Ambiente", "Controlo Orçamental" e "Pescas".

VILA REAL

PROGRAMA POLIS NÃO ESTÁ A SER CUMPRIDO



Os deputados municipais do Partido Socialista apresentaram na Assembleia Municipal um proposta relativa ao Plano de Pormenor da antiga zona industrial, do Programa Polis, que acabou por ser rejeitada pela maioria de direita.

Os socialistas de Vila Real recordam que o Programa Polis para a antiga zona industrial “visava a reconversão e reabilitação da zona urbana centrada nas áreas ocupadas por fábricas já desactivadas e na reformulação das instalações da CP, a construção de novos equipamentos públicos, nomeadamente a biblioteca, a criação de um interface de articulação de transportes públicos urbanos e ainda um ordenamento das áreas envolventes”.

Para o PS, o “Plano de Pormenor é sobretudo um grande projecto imobiliário, que toca a exploração do solo em circunstâncias próximas da especulação, onde a habitação e o comércio ocuparão a maior parte da área de construção”.

Uma vez que o plano estratégico definido não está a ser cumprido, os deputados municipais socialistas apresentaram uma proposta na Assembleia Municipal para que esta propusesse à autarquia e ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a retirada do Programa Polis de toda a área de intervenção da antiga zona industrial, uma vez que não estão a ser cumpridos os objectivos que lhe estavam destinados.

LOURES

AUTARQUIA APROVA ACORDO PARA AVANÇAR COM NOVO HOSPITAL

O projecto final do acordo estratégico de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal de Loures e o Ministério da Saúde para o lançamento do novo hospital em regime de parceria público-privada foi aprovado numa reunião extraordinária do Executivo camarário.

O terreno em que vai ser construída a nova unidade hospitalar, avaliado em cerca de 12 milhões de euros, foi adquirido pela Câmara Municipal em Junho do ano passado e está localizado na freguesia de Loures.

No acordo estratégico estão definidas as responsabilidades que cabem ao município e à administração central na construção do saneamento, infra-estruturas e acessibilidades.

Assim, a construção das infra-estruturas de água e saneamento até ao perímetro do terreno que é cedido em direito de superfície, assim como a articulação com as empresas de transportes públicos a operar no concelho das novas carreiras a criar, serão da responsabilidade da Câmara de Loures.

O acordo refere que o novo hospital terá uma maternidade e um serviço de pediatria, para além de serviço geral de urgências.

No documento aprovado está prevista ainda a constituição de uma comissão de acompanhamento, que integrará técnicos do município de Loures, que ficará responsável por todos os contactos com o Ministério da Saúde e o futuro concessionário da gestão do hospital.

Recorde-se que nos últimos meses, a autarquia socialista tem pressionado o Ministério da Saúde para que o novo hospital seja incluído no primeiro grupo de concursos públicos a lançar ainda este ano pelo Governo.

A área de influência do novo hospital irá abranger os concelhos de Loures, Odivelas e Sobral de Monte Agraço, onde residem mais de 300 mil pessoas.

MONDIM DE BASTO

PS DENUNCIA INÉRCIA E PASSIVIDADE CAMARÁRIA

Passado um ano após a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos do concelho de Mondim de Basto, os socialistas manifestam-se preocupados com “o estado a que o concelho infelizmente chegou”.

Acusando o executivo de Mondim de inércia e passividade, a Comissão Política do PS local denuncia a “inexistência de qualquer obra de fundo realizada neste concelho nos últimos tempos”.

“As obras que são estruturantes e necessárias não se fazem”, e as que se iniciam, “arrastam-se no tempo, com prazos de execução para além do que é razoável”, acusam os socialistas de Mondim.

Toda esta situação ganha contornos de escândalo, sustentam, por ser coincidente com “um aumento significativo do quadro de pessoal da autarquia”.

Mas, a contratação de mais pessoas não se traduz em mais trabalho, agravando-se, entretanto, a situação de pobreza de Mondim, concelho que “ocupa os últimos lugares no ranking dos indicadores de desenvolvimento” do País.

A paralisia camarária, dizem os socialistas, teve apenas uma excepção: “Na criação da zona de caça municipal esta autarquia foi empenhada e despachada”, pelo que é pertinente questionar se “as pessoas não merecerão a mesma atenção do que a caça”.

“Quererá a Câmara Municipal de Mondim de Basto transformar o nosso concelho numa coutada só para alguns?”, perguntam ainda para depois tranquilizarem os munícipes com a afirmação de que o PS e os seus autarcas se pautarão por “um comportamento responsável”.

“Estaremos disponíveis para colaborar para o desenvolvimento que ansiamos”, asseguram os socialistas, reforçando de seguida a ideia de que “ninguém conte com silêncio” quando “os mondinenses exigem toda a verdade”.

LOULÉ

VEREAÇÃO SOCIALISTA AVALISA NOVA UNIDADE HOSPITALAR

Os vereadores socialistas da Câmara Municipal de Loulé votaram favoravelmente o projecto de acordo estratégico de colaboração para o lançamento do novo hospital a localizar no Parque das Cidades Faro/Loulé sob a forma de parceria público-privada.

Para Vítor Aleixo, Júlio de Sousa e Luís Pontes, a construção de um novo equipamento hospitalar representa “uma melhoria significativa nas condições de acesso e prestação dos cuidados de saúde actualmente existentes na região algarvia”.

Dado que o desenvolvimento deste projecto se fará no quadro de uma parceria público-privada, os vereadores do PS querem saber se o Executivo camarário tem conhecimento dos valores previstos para os terrenos e para as infra-estruturas executadas e a executar destinadas a esta unidade de saúde.

Os socialistas querem ainda saber se “apurados aqueles valores que atingirão um montante muito significativo sem qualquer contrapartida municipal à vista, não se estará perante a aceitação de um papel menor e quicá lesivo dos interesses do município”.

PS propõe reedição de obra dedicada à Quarteira

Entretanto, os vereadores socialistas apresentaram uma proposta para reeditar ainda este ano a publicação da obra: “Quarteira, um olhar sobre o passado”, da autoria de Joaquim Rodrigues e José Ramos, que se revelou um êxito editorial.

Os socialistas justificam a sua proposta por considerarem de grande utilidade “para o futuro próximo de Quarteira a disponibilização de informação histórico-cultural do tipo da contida naquela brochura”.

Com a reedição deste livro, a Câmara Municipal dará mais um importante contributo para a afirmação da comunidade local que vem “ganhando de forma crescente contornos de individualidade e personalidade própria”, sublinham.



Dizer “a paz não se constrói à bomba”, ou, numa fórmula mais feliz, “bombing for peace is like fucking for virginity” não é de um pacifismo inconsequente, é um dado empírico.

Esta guerra não é necessária e por isso não é justa. Não é necessária, porque o único objectivo legítimo que poderia ser invocado em sua defesa, que é o objectivo de desarmar o Iraque das armas de destruição massiva que se supõe que este país possa ter, é invocado extemporaneamente e por isso padece de um grave défice de capacidade legitimadora. E se não é necessária, também não pode ser justa, porque por causa dela vão morrer milhares de pessoas desnecessariamente.

Parece evidente que subsistiam ainda boas hipóteses de que o único problema que poderia legitimizar esta guerra pudesse ser resolvido por via pacífica, no prazo de alguns meses, se aos inspectores da ONU tivesse sido dada a possibilidade de terminarem o seu programa de inspecções. E mesmo aqueles que acreditam que o Iraque possui essas armas, ou a capacidade para as construir, terão que reconhecer que não era o facto de as inspecções atrasarem uns meses o início da intervenção armada que colocaria em causa no imediato a segurança internacional, ou qualquer outro interesse legítimo. Foi por isto – e só por isto – que os Estados Unidos não conseguiram convencer a generalidade das pessoas no mundo e mesmo alguns governos que, à partida, até seriam vulneráveis à sua pressão ou influência – o México é o exemplo paradigmático –, de que esta guerra, neste momento, fazia sentido.

Muitas razões concorrem para explicar o empreendimento desta guerra que é um erro a vários títulos. E por entre estas ganha particular relevância uma certa mundividência de direita, que tem como evangelistas principais Bush e Rumsfeld e que, por cá, por entre a síntese odiosa do pragmatismo liberal de Durão Barroso e do populismo conservador de Paulo Portas, tem feito as delícias e o deslumbre de uma certa intelectualidade reaccionária emergente, que vê no retrocesso dos valores humanistas e da tolerância um factor de progresso civilizacional.

A este propósito vale a pena prestar atenção à recente entrevista de João Pereira Coutinho à TSF. Esse Pereira Coutinho que assina uma coluna canídea no “O Independente” e que dinamiza o Blog “A Coluna Infame” (adjectivar mais para quê?).

Explicando as razões da guerra, Pereira Coutinho invocava de forma difusa os nossos valores civilizacionais que “eles” ameaçam. Que os países “civilizados” – expressão que o próprio Pereira Coutinho antecipou que chocasse os ouvintes – tinham que tomar uma atitude decisiva em defesa do mundo e dos valores ocidentais que estão a ser atingidos pelo terrorismo internacional protagonizado – não disse, mas estava implícito – pelos países não civilizados, no caso, julgamos, pelos países muçulmanos. No fundo, que todo o bom Ocidental deve alinhar com os desígnios belicistas de Bush sob pena de se estar a contemporizar com o terrorismo internacional. Como é que esta ameaça difusa proveniente dos tais países não civilizados justificava esta guerra em concreto, esta guerra ilegal face à Carta da ONU, contra este país em particular, a Pereira Coutinho não ocorreu explicar.

Fica claro o que está em causa para esta gente. Não é o desarmamento do Iraque, que todos

Hoje vai-se mais longe e com outra desfaçatez. Uma diferença de opinião entre Estados europeus chama-se divisão ou quebra, a apontar para o fim da Europa. E uma diferença de pontos de vista entre nações europeias e a nação americana tem o nome de traição!

Não me assusta que a Europa se possa dividir. A sua natureza é obviamente conciliatória e a razão dos seus sucessos históricos está na capacidade de transacção e consenso de que deu provas ao longo de mais de 50 anos.

Nestes anos o projecto europeu sempre albergou ideias e interesses que ou não se concretizaram ou só muito tarde viram a luz do dia. Nesta aventura colectiva e intelectual que é a Europa, onde o que conta é a racionalidade e não a força, uma década ou duas não é nada, salvaguardada que seja a vontade de prosseguir um destino comumente partilhado.

Não se regozijem, por isso, os que viram nas diferentes posições sobre a guerra no Iraque, o definitivo enterro do projecto europeu de política externa e segurança comum. Também a Comunidade Europeia de Defesa, primeiro passo para uma Europa política, morreu nos anos 50 às mãos do Parlamento francês, e nem por isso a ideia deixou de fazer o seu caminho até hoje e estar, neste momento, no centro do debate político europeu.

O que há de novo, neste momento, é a queda das máscaras. Quem não queria o aprofundamento político da Europa, mas não ousava assumi-lo, proclamava-se pessimista. Invocava perdas sucessivas de soberania nacional e ia esperando por uma dificuldade qualquer para desacreditar a Europa perante a opinião pública.

Hoje vai-se mais longe e com outra desfaçatez. Uma diferença de opinião entre Estados europeus chama-se divisão ou quebra, a apontar para o fim da Europa. E uma diferença de pontos de vista entre nações europeias e a nação americana tem o nome de traição!

Não contem, porém, estes transatlânticos pensadores com algo que sobreleva por cima da divisão formal e política dos Estados. E constitui um autêntico fenómeno novo. É que, exactamente porque há dificuldades, as pessoas são levadas a percebê-las. E começam a pensar. E ao fazê-lo estão a criar opinião pública.

Se alguma unidade formal se perdeu na alternativa europeia sobre a Paz ou a guerra, ou se os oceanos que servem para aproximar povos, desta vez os separam, muito se ganhou em consciência individual e colectiva. Porque é perante alternativas que dizem respeito à vida que as pessoas se determinam. Daí que,

O PERIGOSO MUNDO NOVO DA DIREITA

reconhecemos como essencial, e relativamente ao qual ainda subsistiam fundadas expectativas de que pudesse ser desenvolvido sem sujeitar milhões de pessoas ao terror e à perspectiva da morte. Não é o combate ao terrorismo, porque este só sai reforçado de uma guerra com estes contornos. É uma visão do mundo, uma espécie de cruzada contra os infiéis que roça perigosamente a xenofobia e o racismo. O que aquece o sangue desta nova direita é, não tenhamos dúvidas, um propósito civilizador.

O problema é que esta nova direita, que se arroga de moderna, mas que perilha ideais retrógrados com cheiro a bafio, não percebe que fazer da intolerância, do populismo e do maniqueísmo política oficial não vai civilizar nada. Pelo contrário. Apenas agrava o clima de insegurança no mundo, desperta ódios, sentimentos de injustiça, cria mártires, dinamiza redes terroristas, promove o fundamentalismo. Dizer “a paz não se constrói à bomba”, ou, numa fórmula mais feliz, “bombing for peace is like fucking for virginity” não é de um pacifismo inconsequente, é um dado empírico.

O legado destas visões maniqueístas, redutoras e segregacionistas da direita produziu sempre, e produz hoje, um mundo mais inseguro a vários níveis. No plano internacional esperamos para ver o que aí vem, mas não será nada de bom com esta nova ordem internacional que os EUA procuram construir sobre os escombros da ONU.

Mas também no plano interno a marca genética desta nova direita recauchutada produz as suas vítimas e faz da vida de quase todos uma aventura mais perigosa. A cruzada do actual Governo contra as políticas sociais leva também à insegurança. A separação entre as pessoas de bem e os marginais, entre os trabalhadores e os preguiçosos, entre quem produz e quem se aproveita, entre os “nós” e os “eles” tem sempre resultados desastrosos ao nível da segurança e da paz social. Hoje os portugueses sentem-se mais inseguros. Sabem que a exclusão produz clivagens, que o desemprego produz insegurança, e não apenas nos desempregados, mas em toda a sociedade. Uma sociedade mais áspere, mais rude, mais intolerante, mais perigosa, são estes os danos colaterais do projecto político desta nova direita que está no poder, lá e cá.



MARK KIRKBY

A EUROPA NÃO ACABA AMANHÃ

pela primeira vez, não estejamos perante um dilema dialéctico e diletante sobre o destino e o futuro da Europa, que ocupa os intelectuais e os políticos, mas sim, perante opções que implicam a vida e a morte de pessoas o que ocupa legitimamente as preocupações dos cidadãos.

O aço molda-se a quente! Por isso, está na forja uma opinião pública que ousaria dizer própria e comum dos cidadãos europeus que alastra em todas as direcções da nossa Europa e é independente da vontade dos parlamentos e governos.

Essa opinião política orienta-se para a defesa da Paz e assenta nas camadas mais jovens da população europeia. Mas não só. Ao defender a Paz esta opinião precisa de um instrumento de afirmação à altura. À identidade da opinião europeia, tem de corresponder uma identidade política.

Por isso, por muito dramáticos que sejam os acontecimentos que estamos a viver, duas coisas ganhámos até aqui. Uma opinião plural que se transforma hoje numa opinião maioritária e europeia; e a consciência de que para a projectar no mundo, precisamos de mais Europa.

Os que sonharam o nosso fim, a fractura da Europa, uma Europa de muletas, podem tirar o cavalo da chuva!

À tempestade segue-se a bonança e, nessa altura, todos saberemos mais do que hoje. Saberemos do que nos salvou a Europa e de quanto precisamos dela!



LUÍS MARINHO

A GUERRA CONVENIENTE?



ANTÓNIO GALAMBA

Abrigado sobre o chapéu da guerra, o Governo de Durão Barroso e Paulo Portas eclipsou-se. Está escondido num recatado “bunker” na esperança que o salvaguarde dos olhares críticos da opinião pública perante a triste realidade do dia-a-dia. O Governo e os seus acólitos chegaram mesmo a elaborar a tese censória segundo a qual os partidos que discordam da estratégia de seguidismo dos Estados Unidos não deviam ou não podiam censurar o Executivo através de um dos instrumentos de oposição ao seu dispor. Esqueceu-se o Dr. Barroso que, com sentido de Estado, o Partido Socialista anunciou a apresentação de uma moção de censura ao Governo, mas apenas formalizou a sua entrega em momento que possibilitava a participação do primeiro-ministro na reunião do Conselho Europeu da Primavera, realizado em Bruxelas durante o último fim-de-semana.



Esta é uma guerra de conveniência. Convém a Bush e Dick Cheney por via dos seus interesses económicos alicerçados nas empresas norte-americanas de petróleo e da construção civil; concorre para as suas ambições políticas de manutenção e consolidação do poder, depois da trapalhada da eleição presidencial e da ajuda do mano Bush na Florida. Mas, também convém a Durão Barroso e ao PSD. Só assim se pode justificar o voluntarismo do primeiro-ministro de, em nome de Portugal, apoiar a guerra,

Infelizmente é claro que, à falta de argumentos, os defensores da opção Barroso recorrem ao maniqueísmo básico de afirmar que quem é pela Guerra é pela Democracia e pela Liberdade e quem é contra a Guerra é a favor do regime de Saddam. O outro rótulo é o do antiamericanismo. Esta é uma visão do problema à moda das festas do PSD, em Chão da Lagoa, onde a racionalidade não marca presença.

organizar a cimeira bélica das Lajes e anunciar a disponibilidade do País para a reconstrução do Iraque. Enquanto vivem a angústia da guerra, com os bombardeamentos e com as vítimas do conflito, os portugueses reajustam as preocupações com o desemprego, com a criminalidade, com o custo de vida, com os nitrofuranos e com a falta de confiança. E a verdade é que, por mais que a realidade seja mascarada pela ocorrência da guerra, pelo envolvimento de Portugal e pela acção do dr. Barroso, em Fevereiro, o número de desempregados continuou a aumentar e a inflação homóloga cifrou-se nos 4,1 por cento, a 3ª mais alta da União Europeia, logo a seguir à Irlanda e à Grécia. Portugal foi o 2º país da União em termos do maior aumento da inflação homóloga em comparação com Fevereiro de 2002. O desemprego ascendeu a 412.497, mais 73.400 cidadãos que em Fevereiro de 2002, chegando a haver Centros de Emprego como o de Penafiel (Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), em que o número de inscritos correspondem a 2 por cento do total nacional.

Esta é uma guerra de conveniência, desvia a atenção dos portugueses dos reais problemas. Preenche o espírito, distrai as preocupações, mas não garante as necessidades básicas de emprego, alimentação e habitação. E, por isso, não deixa de ser fantástico que, perante tantas situações para “reconstruir” em território nacional, o senhor primeiro-ministro se coloque, mais uma vez, em bicos de pés, para afirmar a disponibilidade de Portugal para participar na reconstrução do Iraque. Um reconstrução que, segundo as informações que circulam, poderá estar a ser preparada para ser entregue (imaginese!) a grandes empresas norte-americanas de construção. Aguarda-se a qualquer momento uma intervenção do dr. Jardim a defender que nem um cêntimo deve ser gasto com o Iraque, nos termos

da infeliz doutrina que sustentou para o povo irmão de Timor Lorosae.

O envolvimento de Portugal nesta guerra unilateral e à margem das Nações Unidas mantém em aberto um conjunto de questões que subsistiram aos diversos esclarecimentos que o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo aduziram para o debate. Não é claro o significado da presença de Portugal no elenco rectificado de país da coligação de guerra anunciada pelos Estados Unidos, depois de não constar da primeira lista? Não foi desmentida a participação de pilotos portugueses em missões de patrulha em território turco, no âmbito da NATO, em clara conexão com as operações da guerra. Não é claro impacto que o envolvimento de Portugal no conflito possa implicar numa actividade fundamental para o País como o turismo?

Infelizmente é claro que o Governo de Durão Barroso, em nome de Portugal, reorientou a política externa portuguesa para a prevalência do eixo atlântico, com prejuízo da vocação europeísta; relativizou os princípios e valores do direito internacional e desvalorizou o património construído no âmbito das Nações Unidas.

Infelizmente é claro que, à falta de argumentos, os defensores da opção Barroso recorrem ao maniqueísmo básico de afirmar que quem é pela Guerra é pela Democracia e pela Liberdade e quem é contra a Guerra é a favor do regime de Saddam. O outro rótulo é o do antiamericanismo. Esta é uma visão do problema à moda das festas do PSD, em Chão da Lagoa, onde a racionalidade não marca presença. Não admito nenhum dos rótulos ensaiados. Tenho

admiração por amplos aspectos da sociedade norte-americana, mas tenho o direito de não me rever na actuação à moda dos “Westens” do senhor Bush; na ligeireza como as questões internacionais são avaliadas ou na aplicação da pena de morte. Desde que realizei uma visita às instalações da NATO, em Bruxelas e em Mons, que não tenho ilusões sobre as dependências nacionais e europeias em relação aos Estados Unidos da América, em questões como os meios militares e as comunicações. Por esse motivo, é ainda mais preocupante o ataque à construção europeia perpetrado pelo dr. Barroso, ao subscrever a carta dos oito; ao alinhar incondicionalmente na estratégia norte-americana; ao promover a cimeira de pré-guerra nas Lajes e ao alinhar nas preocupações humanitárias ensaiadas para tentar desmobilizar a opinião pública. E com tanto serviço prestado, é legítimo questionar como é que o dr. Barroso ainda não ganhou uma visita ao rancho do Texas, onde Bush filho passa parte substancial do exercício da Presidência.

É indecoroso afirmar-se que quem não está com esta guerra, está com o regime iraquiano. Esse argumento maniqueísta prova a fraqueza da posição do Governo português e da maioria parlamentar que o apoia.

A OBSCENIDADE

PAULO MACHADO

MILITANTE 54682 - Secção de Alvalade

O momento histórico que vivemos tem exigido do movimento socialista internacional, dos partidos socialistas que o constituem, e de todos os democratas que se revêem numa ordem global fundada na justiça e na cooperação, uma inequívoca condenação do que se está agora a passar no Iraque, e do que há anos se vem passando no Médio Oriente, nomeadamente na Palestina. A agressão militar desencadeada na passada semana não se revela apenas orientada ao regime iraquiano e à sua odiosa nomenclatura. Esta guerra atinge directa e profundamente os iraquianos, eles próprios vítimas da ditadura eternizada de Saddam Hussein, mas também todos os que ousam proclamar a paz como aliada incondicional do desenvolvimento económico e social e da fraternidade entre os povos.

Ao contrário do que afirmou o Governo norte-americano, a agressão não defende o estilo de vida ocidental: condena-o ao desrespeito, alimentando ódios e sentimentos de vingança; e envergonha todos os que acreditam ser possível e indispensável salvaguardar o espírito que presidiu à formação das Nações Unidas, saído das cinzas da II Guerra Mundial.

Esta agressão não sufragada pelo Conselho de Segurança é um atentado à democracia, como a supremacia da força moral e ética sobre a força das armas, eufemisticamente designadas por "inteligentes". No passado sábado, dia 22 de Março, demonstrámos a nossa inequívoca vontade de pôr termo a um disparate político e a um erro militar que não dignifica a Humanidade. A guerra é sempre uma indignidade, e esta não é excepção.

É indecoroso afirmar-se que quem não está com esta guerra, está com o regime iraquiano. Esse argumento maniqueísta prova a fraqueza da posição do Governo português e da maioria parlamentar que o apoia. É primária – mas não é inédita – a convicção de que quem não está comigo está contra mim. Esperava-se algo mais elaborado! Muitos dos que votaram em Março de 2002 no PSD e no PP

Os movimentos sociais a que temos assistido, e nos quais muitos socialistas têm participado, reclamam a supremacia da força moral e ética sobre a força das armas, eufemisticamente designadas por "inteligentes". No passado sábado, dia 22 de Março, demonstrámos a nossa inequívoca vontade de pôr termo a um disparate político e a um erro militar que não dignifica a Humanidade. A guerra é sempre uma indignidade, e esta não é excepção.

Os movimentos sociais a que temos assistido, e nos quais muitos socialistas têm participado, reclamam a supremacia da força moral e ética sobre a força das armas, eufemisticamente designadas por "inteligentes". No passado sábado, dia 22 de Março, demonstrámos a nossa inequívoca vontade de pôr termo a um disparate político e a um erro militar que não dignifica a Humanidade. A guerra é sempre uma indignidade, e esta não é excepção.

sentir-se-ão hoje defraudados diante de uma decisão que alegadamente os procura implicar. Por isso é necessário falar em cumplicidades, em cobardia política, em submissão infame aos interesses inconfessos do unilateralismo norte-americano, perante o qual a própria opinião pública americana manifesta legítimas reservas.

O respeito pela aliança atlântica, a salvaguarda das relações bilaterais e multilaterais entre cada uma das sociedades europeias e a sociedade norte-americana, entre a União Europeia e os EUA, deve manifestar-se através da cooperação económica, cultural, tecnológica e política, sempre que a reciprocidade se baseie na comunhão de valores e na assunção de interesses em nome da prosperidade e da segurança; mas nunca (nunca!), apenas na subserviência e na patética convicção de que o que é bom para a América é bom para os seus aliados americanos. Esta guerra ilegítima, de resto, não será vantajosa para ninguém, como infelizmente se tem visto no terreno. Que o digam as famílias dos soldados da coligação mortos em combate ou feitos prisioneiros. Que o digam os civis e as famílias dos militares iraquianos que já sofreram na pele o poder devastador das armas *made in USA* e *made in UK*.

É indispensável num momento tão grave para o mundo em que vivemos e que nos envergonha, reafirmar os nossos princípios, os princípios dos socialistas portugueses, que declaram acima de qualquer outro objectivo a defesa e a promoção dos direitos humanos, a convivência pacífica entre os indivíduos, os povos e as nações e a construção de uma nova ordem global, fundada na justiça e na cooperação, desenvolvendo os princípios estabelecidos nos instrumentos fundamentais da Organização das Nações Unidas. Foi essa a Declaração de Princípios que aprovámos em Novembro último e que devemos honrar.

É igualmente imperativo denunciar o tratamento mediático-espectacular que os operadores televisivos têm feito dos acontecimentos, transformando uma guerra ilegítima numa sucessão de imagens obscenas e doentamente repetidas, vulgarizando o medo, a ansiedade e a morte dos que se encontram na mira da voragem expansionista, atropelando-se em "directos" e em adjectivações e subjectivações que confundem os incautos e deixam perplexos os que se afirmam intransigentemente contra a violência como forma de afirmação política e majestática neste conturbado início do século XXI.

Os socialistas têm que se manter na primeira linha da denúncia deste estado de coisas. Mais do que afirmar o direito à indignação pelo que se está a viver, cumpramos o nosso dever de democratas. Denunciemos em voz alta que queremos uma paz construtiva, e que rejeitamos uma guerra imprudente e injusta.

SANTANA LOPES: O SENTIDO DA DESFAÇATEZ OU O PERIGO DE UMA INOCÊNCIA UTILITÁRIA

Numa das crónicas semanais que o Diário de Notícias proporciona aos seus leitores, Santana Lopes, sob a epígrafe "Engarrafamentos", resolveu perorar sobre a ausência de poderes das autarquias, relativamente ao tráfego rodoviário.

Após carpir um rosário de incoerências jurídicas face à impossibilidade de "aprovar normas e sancionar derivações dos comandos", exprimi-se numa indolência ditada pelo ânimo da solução e confinado à impotência da sua decisão, acabou por lamuriar-se na prosa gongórica que em síntese se transcreve:

"As pessoas que andam no trânsito chamam nomes ao presidente da câmara da respectiva terra, mas não sabem que o autarca não tem meios para resolver o problema. As únicas coisas que as autarquias podem fazer é pôr sinais de trânsito, pintar passadeiras, definir semáforos, e pouco mais"...

Ora, as almas piedosas que tiveram o estoicismo em percorrer de vista o sentido daquele texto, decerto agradecem ao Altíssimo a graça concedida a Lisboa, reservando para seu governo o tamanho de um homem, cujo brilho de luminosidade só pode ser ofuscado pelo obtuso legislador do poder central que lhe manietea forças e tolhe a vontade, para que, de braço dado com o seus municípios, possa comungar a causa da sinistralidade que, diariamente atormenta a cidade e mortifica as pessoas.

Contudo, quem da vida tem o sentido de verdade e do direito uma ideia instrumental ao serviço da população, por certo não acompanhará a bondade do articulista, para assumir uma expressão de rigor, formulada nos valores da seriedade, em ordem à factualidade observada.

Porque é nesta perspectiva que importa avaliar os ditames daquele artigo e não satisfazer-se numa deriva corporativista, servida a maquinações politiquieras, para esconder do público a questão de fundo.

Para tanto, nem será necessário ir-se longe no tempo, bastando reportarmo-nos a Janeiro de 2002, sublinhando que desde então adormece no gabinete do Presidente um estudo elaborado pelo único especialista em Direito comparado de prevenção rodoviária.

No qual começa por lembrar a Santana Lopes que na cidade de Lisboa, entre 1988 e 2000, os acidentes de viação mataram mais de 200 pessoas e deixaram gravemente feridas 2.840.

E, de caminho, explicou-se ao Presidente as causas subjacentes aos sinistros rodoviários,

definindo-se, à luz do quadro jurídico actual, um projecto que a nível da autarquia, se propunha reduzir em 70 por cento o índice de mortandade que aflige a população de Lisboa.

Projecto esse que para além da substancialmente restringir os acidentes de viação, concretiza-se ainda na disciplina do tráfego, visando pôr termo à infernizante tirania automobilística, mormente no desordenamento das viaturas que se encontram estacionadas em todos os passeios, cruzamentos, passagens de peões, entroncamentos, paragens de autocarros e nos locais mais insólitos para o seu estacionamento, gerando o seu total estrangulamento e espalhando na cidade o caos absoluto.

Pois bem, embora a política rodoviária seja atributo do poder central, todavia o que residualmente sobra para as autarquias é de molde a estabelecer objectivos concretos para a prevenção e segurança na área da sua jurisdição.

Com efeito, o âmbito jurídico, mediante o qual os autarcas se podem mover, designadamente por via das disposições do nº 2 do art. 235º da CRP; Lei nº169/99/18/09 e o sufragado no D. L. nº 2/98/03/01, permite àqueles pôr fim à balbúrdia do trânsito e termo à sinistra carnificina que torna Lisboa num cemitério contemplado por um povo vestido de luto.

No entanto, não será nessa direcção que Santana Lopes ousa caminhar, porque ao plano oferecido à autarquia preferiu sustentar-se na vertigem desértica de ideias e no deslumbramento do poder, recusando sugestões atinadas e desprezando o préstimo alheio, para se dispensar de ouvir o seu autor ou sequer lhe merecer a dignidade de uma resposta.

Vai daí, concluir-se que Santana Lopes não pretende alterar qualquer das condições emergentes da falta de segurança e prevenção rodoviária, mas não perde de vista o ensejo, para num devaneio seródio proclamar ao país que o projecto da sua obra está refém de uma legislação anacrónica e que a vontade de trabalho se vê hipotecada à desdita do poder central.

E nesta onda de demagogia vai deixando espaço a que Lisboa se afunde numa caótica sinistralidade, enquanto na sua feira de vaidades se esforça a construir um mito de abnegação, fazendo associar à sua política de embuste a imagem redentora que o conduza até Belém.

PINHEIRO COELHO

A SEMANA PREVISTA

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Ferro Rodrigues e José Luís Zapatero, líder do PSOE, encontram-se sexta-feira em Madrid, numa reunião cuja agenda será dominada pela guerra no Iraque.

O secretário-geral do Partido Socialista visita no próximo sábado a Ovibeja.

Quarta-feira, Ferro Rodrigues recebe em audiência a Confederação Portuguesa de Turismo.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos, realiza-se na próxima segunda-feira uma reunião de trabalho sobre Fiscalidade.

Os eurodeputados socialistas reúnem-se de 2 a 5 de Abril em Atenas.

No fim-de-semana de 5 e 6 de Abril têm lugar os congressos federativos.

O "Acção Socialista" passa a quinzenário a partir do próximo mês. De acordo com os estatutos aprovados no último Congresso, o órgão oficial do PS vai chegar gratuitamente a todos os militantes.

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional - Largo do Rato, 2 - 1250 Lisboa
213 822 000
info@ps.pt

GRUPOS PARLAMENTARES

Assembleia da República
Palácio de São Bento - Lisboa
213 919 264
gp_ps@ps.parlamento.pt

PARLAMENTO EUROPEU
Rue Wiertz, Asp 14G358 - Bruxelas
003 222 842 133
psdelegpt@europarl.eu.int
Delegação em Portugal
Centro Europeu
Largo Jean Monnet, 1 - 1269-070 Lisboa
21 314 23 05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
Rua Marcolino Lima - 9900 Horta - Açores
29 220 76 00/1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA
Av. do Mar - 9000 Funchal - Madeira
291 232 150 / 291 230 107

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha
214 198 105

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/acao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa